



# África em debate

Poderes e identidades



# Alda do Espírito Santo, a distinção social, a militância política e a tristeza

Augusto Nascimento\*

p. 177-202

## Introdução

A 9 de Março de 2010, em Luanda, para onde fora evacuada, morria Alda do Espírito Santo. Em São Tomé, a 12, após a homenagem na Assembleia Popular Nacional e uma missa na Sé, o funeral teve honras militares. Na ocasião, Manuel Pinto da Costa, cunhado, primeiro e actual presidente da República Democrática de São Tomé e Príncipe e, já na altura apontado como candidato às eleições presidenciais de 2011, sentenciou: “a camarada Alda morreu triste”<sup>1</sup>. Para além da oportunidade política em função das eleições que se avizinhavam, a evocação afigurava-se apropriada pela envergadura moral da defunta, uma figura reverenciada por muitos e cujo humilde modo de vida, sobretudo nos derradeiros anos, parecia consonante com os ideais que apregoara. Mas teria morrido triste. Pelos ideais por concretizar ou pela forma por que acabaram (in)cumpridos? Parte da resposta foi dada no elogio fúnebre de Pinto da Costa<sup>2</sup>. Em todo o caso, qualquer resposta parecerá sempre insuficiente e, até, algo paradoxal, desde logo por a unanimidade em torno do valor ímpar de Alda do Espírito Santo não se coadunar com a alegada tristeza dos seus derradeiros tempos.

Caberia, aliás, perguntar porque é que a sua tristeza, comum à dos são-tomenses que fazem questão de se rever na sua mensagem ou de se declarar espiritualmente devedores de Alda, não se desdobra numa mobilização atinente à correcção do rumo do país num sentido mais consentâneo com a pureza dos ideais atribuídos a Alda do Espírito Santo.

Talvez a sua tristeza não adviesse apenas do reconhecimento de erros no pós-independência, uma das razões da sensação de perda da capacidade de determinação do próprio futuro ou da percepção do fim da irmandade dos são-tomenses, hoje mais divididos do que no tempo colonial. Embora consentânea com experiências históricas similares, tal zizânia não deixa de ser lamentada por são-tomenses, mormente, pelos apegados ao ideal de uma revolução social libertadora imanente à independência, aos valores dos mais velhos ou, tão-somente, à memória de tempos idos da unanimidade fraterna contra o colono.

A estar certa a hipótese acerca de uma visão desencantada que se teria apossado de Alda do Espírito Santo – que ela calou ou confidenciou a raríssimas pessoas, algumas nem sequer são-tomenses –, a sua convicção de perda de determinação do futuro do seu país sedimentou-se pela observação do curso da política, a que se somou a perda de

\* FLUL/CEAUP

<sup>1</sup> Cf. <http://www.telanon.info/sociedade/2010/03/15/2777/%E2%80%99Camarada-alda-morreu-triste%E2%80%99D/>, acesso: 29 de Setembro de 2011.

<sup>2</sup> Cf., por exemplo, <http://www.telanon.info/sociedade/2010/03/15/2777/%E2%80%99Camarada-alda-morreu-triste%E2%80%99D/>, acesso: 11 de Setembro de 2014.

importância social do saber, para ela, ligado a um certo imperativo ético. Porém, na sua tristeza, certamente também pesaram o próprio trajecto e o da sua palavra, pautados pela progressiva (ainda que calada) marginalização ou irrelevância.

Com efeito, a reverência no trato social, mormente nos actos solenes, não evitou uma certa secundarização de Alda do Espírito Santo. A este respeito, desmentindo a correlação simplista entre, por um lado, liberalização política e, por outro, supremacia do dinheiro, do individualismo e da ganância, que arredaram os lemas da revolução social, a que ela se manteve fiel, cumpre notar que a secundarização de Alda começou no regime de partido único sob a batuta do Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (doravante, MLSTP). A aparente reverência de que era alvo não lhe evitou um certo isolamento, que nem o desempenho à frente da União Nacional dos Escritores e Artistas São-Tomenses (UNEAS), criada em 1986, disfarçava.

Tal secundarização replica-se nos dias de hoje. A sua figura concita encómios quase unânimes. Mas este unanimismo laudatório, com muito de retórico ou de descargo de consciência<sup>3</sup>, desmerece a memória e a figura de Alda do Espírito Santo, acerca de quem pouco se sabe<sup>4</sup>, porquanto pouco se interpela a pessoa eclipsada pela figura tão louvada. De tão mitificada – tanto pelo que se elogia, quanto pelo que não se narra – acaba como que desumanizada<sup>5</sup>, podendo dizer-se dela o que vulgar e erroneamente se imagina das figuras santificadas, a saber, o não terem vivido neste mundo. E quando a metáfora fosse aplicável, na medida em que ostensivamente se apartou das mundanidades da terra, só em parte seria verdadeira.

A memória vai-se esvaindo. No I Fórum Nacional da Cultura, em finais de 2011, “Alda do Espírito Santo foi várias vezes recordada e um dos participantes propôs um minuto de silêncio em homenagem à Mãe da Pátria”, iniciativa que, significativamente, “escapou aos organizadores na sessão solene de abertura”<sup>6</sup>. Posteriormente, em abril de 2010, foi inaugurada a praça Alda do Espírito Santo<sup>7</sup>. Todavia, à margem dos pronunciamentos contra o apagamento da memória, o esquecimento sobrevirá, não por uma má (e, se assim fosse, dúplice) vontade ou descaso dos são-tomenses, antes em virtude de dinâmicas sociais que não só aceleram o tempo como retalham a vida, atomizando os indivíduos e deixando escasso tempo para a reflexão sobre o curso da sociedade isleña. E menos tempo ainda para olhar a história recente, que terá entristecido Alda.

Apesar de se tratar de uma figura pública de um meio social assaz escrutinado, pouco se sabe (ou diz) da sua actuação após 1975, desde logo pela opacidade da configuração política dessa época, indutora de visões erróneas de Alda. Não menos importante em São Tomé e Príncipe, sabe-se muito pouco da sua intimidade e assim será até que os poucos que

3 Em parte, a oportunidade dos enunciados laudatórios de Alda advém do contexto do país, feito de imprevisibilidade, de mutações radicais de modos de vida e da sensação de perda de referências. Este ambiente soma-se à falta de debate público e de um hábito de escrutínio credível dos enunciados dos que têm voz. No meio da crispação política e social, resta, sempre, a exortação imanente à invocação de Alda.

4 São múltiplas as razões do desconhecimento, a começar pela generalizada incapacidade de distanciamento crítico. A figura, que se antepõe à pessoa, sugere uma admiração unânime e acrítica, certamente em muito induzida pela sua firmeza política e pela coerência ética inferida do alheamento dos bens materiais. Porventura, também por isso, raramente terá sido entendida como pessoa. A incapacidade crítica também deriva da maior parte da sua obra ser poesia, género tendencialmente indutor de consensos. Aparentemente, a sua obra não motiva divergências, o que não deixa de causar estranheza. A avaliação da sua obra deveu-se ao acolhimento da sua militância anticolonial numa época de vinculados debates políticos e ideológicos, como a que se viveu até à penúltima década do século XX. Em todo o caso, alviraria que, mais do que a poesia, foi a firmeza da convicção independentista que suscitou o reconhecimento de Alda do Espírito Santo.

5 Facto a que acrescem versões erróneas sobre a sua vida, entre elas, a de ter interrompido os estudos universitários em virtude da entrega à causa nacionalista.

6 *Correio da Semana* n.º 322, 23 de Novembro de 2011, p. 16.

7 Cf. <http://uk.groups.yahoo.com/group/saotome/message/28822>, acesso: 8 de Outubro de 2012.

com ela conviveram narrem o que julgarem relevante para a explicação da sua trajectória pessoal e política.

O desconhecimento também provém de, até por interpostas pessoas, Alda invariavelmente se tornar a narradora dos discursos sobre si e sobre a sua vida. Ora, certamente não por acaso, Alda como que se escusou a falar dela. Aquilo a que chamou de “certa liberdade” pessoal serviu de pretexto para criar uma espécie de véu em torno de si<sup>8</sup>.

Por entre o paternalismo e o deslumbramento (amiúde, bacoco) de estrangeiros e a apropriação (por vezes, indevida) de conterrâneos, o conhecimento foi substituído pelo endeusamento. A mitificação oblitera o conhecimento da pessoa Alda do Espírito Santo. Para além das laudas à sua poesia – em rigor, parca, porventura por conflitar com o desempenho político, ao serviço do qual ela a quis pôr –, imagina-se-lhe um fundo humanista que passou por provações e que foi testado pelo ateísmo militante e pelo voluntarismo do pós-independência. Igualmente, é possível atribuir-lhe a convicção de que, a um dado patamar de formação correspondia uma exigência moral ou de ética política. Porém, não sabemos quase nada dos seus dilemas, quiçá frequentemente arredados em nome dos superiores interesses do povo são-tomense, que era “seu”<sup>9</sup>. A par disso, cumpriria contextualizar e interpretar as mudanças nas suas crenças e relações, mudanças nem de somenos nem propriamente as típicas da passagem da juventude para a idade madura. As perguntas são muitas: como lhe foi possível não ter dúvidas acerca do rumo do projeto independentista quando outros de menor gabarito intelectual as tiveram e agiram em consequência? Bastar-lhe-ia fazer parte da grande torrente de “luta” contra a opressão imperialista para se justificar? Perceberia, desculparia e calaria os erros após 1975 com a atitude de não querer nada para si? Como é que o seu humanismo viveu com o ressentimento que, nalguma medida, imprimiu coerência ao seu distanciamento face ao colonizador, que não necessariamente face a todos os portugueses? Teria ela a sua poesia na conta em que outros a têm ou teria a consciência de que a sua poesia era, sobretudo, um protesto e um manifesto de combate? Enjeitando uma visão simplista que ajuda a relevar as opções do passado mais recente pela alusão às teias da opressão colonial – que, sem dúvida, pesaram na deriva do pós-independência –, como devemos explicar e valorizar a atuação política de Alda antes do 25 de Abril, até à independência e, sobretudo, após esta data? Que responderia Alda a quem lhe retorquisse que, com a sua política, também ela pisava a “dignidade africana” por que se batera antes da independência?

Por regra, não se aprofundam as imbricações entre a história recente, de que Alda faz parte, e os contornos da sociedade são-tomense. Nem sequer se ensaia explicar o peso da trajectória e da acção de Alda na configuração do passado recente e da actual sociedade são-tomense. Tão pouco se olha a relação dela com a sua terra. É neste sentido que caminha este texto que, baseado na imprensa, em fontes secundárias, em testemunhos, na observação directa e no contacto pessoal<sup>10</sup>, se pretende como uma interpretação sucinta e exploratória da trajectória de Alda. Uma visão mais completa da sua vida carecerá de investigação de maior fôlego.

<sup>8</sup> Veja-se Laban, 2002: 100-101.

<sup>9</sup> Em alternativa, de uma perspectiva mais chã conquanto acertada, talvez se possa dizer que ela se norteou pela fidelidade ao cunhado, Manuel Pinto da Costa. Ainda que alguns a possam considerar comezinha, esta hipótese poderá ter valia explicativa.

<sup>10</sup> Ao longo de quase trinta anos, falei algumas vezes com Alda do Espírito em diversas circunstâncias (*A. Nascimento*).

## A distinção social e a vida sob o inimigo

Alda Neves da Graça do Espírito Santo nasceu a 30 de abril de 1926 numa “família da elite dos *filhos-da-terra*”. Sua mãe, Maria de Jesus, era professora na escola principal de São Tomé. Após estudos primários na ilha, Alda fez o ensino liceal por Vila Nova de Gaia, talvez completado por Lisboa. Viria a fazer o curso do magistério primário<sup>11</sup>. Do seu trajeto, pouco conhecido, Alda salientou a epifania do mundo na passagem por Lisboa, em 1947, onde voltou em 1948, depois de uns meses em São Tomé<sup>12</sup>. Mais tarde, encontrá-lamos a lecionar na terra natal, onde, de permeio com a distinção de que a família gozava, vai viver parte da sua vida com o odiado inimigo, o colonialismo e os seus agentes.

O pós II Guerra trouxera sinais contraditórios de mudança e, em São Tomé e Príncipe, traria o desencontro entre os propósitos do governador Gorgulho e os anseios de ilhéus, muitos deles iludidos por Gorgulho. Não se sabe o que pensava Alda acerca da mudança por que passava a ilha, mas, em dezembro de 1947, um texto seu, “Terras de S. Tomé”<sup>13</sup>, foi publicado em *A Voz de S. Tomé*, jornal censurado da delegação da União Nacional no arquipélago. Curiosamente, em Janeiro de 1948, no mesmo número de *A Voz de S. Tomé* publicaram-se textos opostos, a saber, “Chaimite”, um artigo laudatório de Mouzinho de Albuquerque, assinado pelo inspetor ultramarino António de Almeida, e “Mundo negro”, de Alda. Neste artigo, Alda exaltava a *raça negra* e África, terra dos negros, evocava Langston Hughes, autor da *Harlem Renaissance*, e o poeta são-tomense Costa Alegre, louvando, por fim, as mulheres do arquipélago.

Por transportar a história no sangue, Alda homenageava os antepassados com a alusão ao multissecular sofrimento da *raça negra*, sujeito com quem se irmanava a propósito da escravidão sofrida no passado. Fosse como fosse, Alda afirmava que a escravidão mais hedionda era a dos preconceitos, dos ideários antagónicos às leis da lógica e da razão e, explicitemo-lo, às proposições da (sua) ideologia, à qual atribuía a uma função salvífica: “Um homem que pensa e vive uma ideologia, não é um escravo, embora a humanidade o considere escravizado. Ele ri-se dos outros e coloca-se muito acima deles... Por isso, ser descendente de escravos, pode tornar-se um título de glória e não uma marca irrisória e vexatória.” Para Alda, o “negro vive e sente como nenhum povo de outra raça. Não é inferior.” Advogava a valia dos negros, em nada inferiores a indivíduos de outras *raças*, facto comprovado nos EUA<sup>14</sup>. E, denunciando implicitamente a situação vivida como resultado da dominação, concluía, “existem inferiorizados, não inferiores”<sup>15</sup>.

<sup>11</sup> Em Gaia, de acordo com Mata e Padilha, 2006: 11. Segundo Deolinda Adão, Alda terminou os estudos secundários em Lisboa (*in* Mata e Padilha, 2006: 119). Esta indicação parece coadunar-se com o testemunho de Alda *in* Laban 2002: 70-71.

<sup>12</sup> Conforme testemunho de Alda (Laban, 2002: 71). A estar correcta esta narração das suas viagens, não teria estado em Lisboa de 1947 a 1953 (diversamente do que afirma Carlos e Santo, 2012b: 15), mas, sim, entre 1948 e 1953. No tocante à vida de Alda, é uma questão menor. Em todo o caso, o poema “O drama do porão” (*idem*: 55-56) teria sido escrito, não na ida para Lisboa, mas na viagem com sua mãe de regresso a São Tomé.

<sup>13</sup> Trata-se de um texto com laivos poéticos e, ao tempo, sem uma mensagem política inequívoca: “(...) Terra de S. Tomé, ilha onde nasci, filha do Equador, eu ergui a ti um choroso hino, dolente património legado a todos os negros... O meu hino não termina... Continua a ter seqüência no silêncio, a registar-se sempre, sempre na tua história...”, cf. *A Voz de S. Tomé* n.º 10, de 1 de dezembro de 1947, p. 1.

<sup>14</sup> A par da transcrição do poema de Langstone Hughes, aduzia a prova da não inferioridade dos negros: “Harlém a metrópole negra norte-americana, o bairro negro por excelência, onde os negros americanos vivem unificados onde criaram a sua cidade completamente modernizada, atesta aos homens que o negro não é inferior. Ele vive aí no seu mundo, rodeado de todos os confortos da civilização, com as suas universidades e prédios gigantes, rivalizando perfeitamente com o branco norte-americano. O negro vive no Harlém, lutando pelas suas reivindicações, erguendo bem alto as suas elevações de espírito”. Ademais, em Harlém nascera a música moderna, cf. *A Voz de S. Tomé* n.º 13, 16 de janeiro de 1948, pp. 1-3.

<sup>15</sup> Numa tentada comunhão com os Africanos, Alda valorizava a literatura enquanto expressão de uma emotividade ímpar da *raça negra*. Na esteira de Hughes, que tomara o seu povo como o seu poema, Alda falava da poesia da “nossa raça, dos povos de pele escura, que temos orgulho da nossa raça” e dedicava o poema “A negra”, do são-tomense Costa Alegre, às

Sob o colonialismo ditatorial, a menção à poesia, pincelada de tons messiânicos, era um enfoque possível da situação dos negros em África e na sua terra. Não se permitia alusão mais explícita à dominação colonial e, ainda assim, só propósitos menos mesquinhos do governador Gorgulho, anos depois odiado pelos ilhéus, ou a distração ou a condescendência da censura permitiram esta tomada de posição, que, em boa verdade, apenas seria lida e compreendida por um reduzidíssimo número de ilhéus.

Por isto e apesar da distinção social, é crível que São Tomé se afigurasse um meio constrangedor para uma jovem educada na metrópole, mesmo se num colégio da recatada Vila Nova de Gaia. Entre finais da década de 1940 e inícios da de 1950, Alda terá estado por Lisboa, onde quis concorrer ao quadro do professorado da capital<sup>16</sup>. Terá aí permanecido até, em janeiro de 1953, regressar à sua terra.

Em 1951, terá surgido o Centro de Estudos Africanos<sup>17</sup>, crucial para a “elaboração de um pensamento anti-colonialista”. Malgrado o tom assertivo das menções à existência de um centro, dir-se-á ter sido uma tertúlia em casa da são-tomense “tia Andreza”, onde jovens almejavam, de acordo com a eferescência intelectual relativa a África, reafrikanizar-se ou redescobrir a sua identidade africana<sup>18</sup>. Aí se discutia a situação política, social e cultural dos países e povos africanos. Alda participou nessas discussões<sup>19</sup>, tendo conhecido Amílcar Cabral, Agostinho Neto, Marcelino dos Santos e, acrescentemo-lo, Mário Pinto de Andrade. Em Lisboa assinou uma petição contra a presença de Portugal na NATO, para ser publicada pelo jornal *Avante*, do Partido Comunista Português.

Já se disse, Alda preferiu viver com o inimigo a partir para o exílio. Esta opção não era necessariamente mais fácil e, logo de início, revelar-se-ia dramática. Alda regressou a São Tomé a 9 de janeiro de 1953, dias antes dos trágicos eventos de Fevereiro<sup>20</sup>. Dados dos desmandos dos esbirros de Gorgulho, as semanas seguintes foram de tormento e pavor para os ilhéus, até que, por via da inquirição da PIDE<sup>21</sup> e da intervenção do causídico Palma Carlos, a opressão e as violências deram sinais de abrandar. Alda atribuiu a atitude da PIDE à atuação de Palma Carlos, talvez uma perspetiva linear de uma opositorista que, tão corajosamente quanto encorajada pela presença de Palma Carlos, se dispôs a secretariá-lo no trabalho de defesa dos presos.

Por carta, ela descreveu os horrores vividos em São Tomé por esses dias<sup>22</sup>. Em torno dos eventos de 1953, comumente designados por *massacre de Batepá*, cristalizou a versão anticolonial segundo a qual teriam perecido milhares de pessoas. Já em 1978 – quando o discurso anticolonial perdera a sua utilidade primeva, mas adquirira a de diversão

conterrâneas, as quais, lembrava, ignoravam o poema que lhes era dedicado, cf. *A Voz de S. Tomé* n.º 13, 16 de janeiro de 1948, pp. 1-3.

<sup>16</sup> Sem quaisquer registos, a PIDE não se opôs. Desconhecemos se Alda chegou a concorrer.

<sup>17</sup> Acerca do Centro, veja-se, por exemplo, Rocha, 2003: 89-91.

<sup>18</sup> Tal descoberta não significava necessariamente optar pela independência, como o prova o caso de Francisco Tenreiro. E, como a história comprovaria, nem sempre a independência traria a redescoberta da identidade africana tão procurada decénios antes.

<sup>19</sup> *Lúcio Lara...* s.d.: 25.

<sup>20</sup> Afora a descrição dos eventos de Seibert (2001: 76 e ss) e Santo, Carlos (2003), consulte-se a narração de Alda (Laban, 2002: 88 e ss). Para a história desse período, consultem-se as cartas enviadas a Palma Carlos, e não só, após os eventos de 1953, reproduzidas em Santo, Carlos, 2012b: 213 e ss.

<sup>21</sup> Testemunhos de alguns presos deixam perceber que, sem embargo de violências, a PIDE se portou diferentemente do costume na metrópole e, sobretudo, nos antípodas dos maus-tratos a que os ilhéus tinham sido sujeitos pelos acólitos de Gorgulho. Podemos supor estar perante uma descarada mentira, mas noticiou-se que, na despedida do inspetor da PIDE, São José Lopes, marcaram presença vários ilhéus socialmente distintos, entre eles, Salustino da Graça do Espírito Santo e Maria de Jesus, cf. *A Voz de S. Tomé* n.º 272, 19 de janeiro de 1957, p. 4.

<sup>22</sup> O Partido Comunista Português editou *A verdade sobre os acontecimentos de S. Tomé em 1953*, uma colectânea de depoimentos, entre os quais Alda do Espírito Santo; consulte-se o relato coevo de Alda em Santo, Carlos, 2003: 376 e 558-567.

ideológica –, Alda referiu o sacrifício brutal de cerca de um milhar de pessoas<sup>23</sup>, uma versão já matizada da que animara a propaganda anticolonial. Independentemente do juízo político e moral sobre a injustiça de um assassinato, que fosse, perpetrado por um poder ditatorial, arbitrário e fundado na mentira, teria de ser evidente para Alda que as cifras aventadas não eram verdadeiras. Tal questão não é de somenos por, no mínimo, denotar um voluntarismo que, uma vez irrestrito e autojustificado, se desdobraria na modelação de vidas dos conterrâneos após 1975.

Os desmandos perpetrados às ordens de Gorgulho foram de tal violência e tão sem-razão que, mesmo num regime ditatorial, obrigaram à remoção do governador. Atenta a conjuntura internacional, para o governo colonial tornou-se imperioso reparar os danos na relação com os colonizados. Ao poder colonial era impossível conquistar o coração dos colonizados, mas isso não obstava à tentativa de pacificar a sociedade e de encenar uma harmonia social mais consentânea com a translação ideológica do eugenismo e da superioridade racial dos anos 30 para o luso-tropicalismo adoptado em inícios dos anos 50. A desconfiança permaneceu por mais alguns anos, mas a proposta de esquecimento dessa tragédia não foi liminarmente rejeitada. Aliás, alguns ilhéus nem sequer queriam lembrar os factos passados.

Alda estava entre os que não esqueciam e, certamente, criticaria os conterrâneos que se deixaram enlear pelo inimigo. Porém, sinal da complexidade das escolhas e da vida num micro-universo como São Tomé, entre os posicionados no campo do inimigo parecia estar sua mãe, Maria de Jesus Agostinho das Neves, também presa quando dos desmandos de 1953. Ainda assim, a leitura de Maria de Jesus, não apenas da situação vivida em 1953 como do andar do mundo, pareceu diversa da de Alda. Em 1954, numa visita indubitavelmente destinada a apaziguar os ilhéus e a fazer esquecer as insânias de Gorgulho, Craveiro Lopes condecorou são-tomenses, entre os quais, Maria de Jesus, com a Ordem da Instrução Pública.

Em 1958, quase em simultâneo com as eleições presidenciais de 8 de junho, por ocasião do 10 de junho e a solicitação do governador, o Sporting de São Tomé, clube dos ilhéus, promoveu uma sessão evocativa de Camões, de que constava a conferência “Homenagem dos Santomenses ao maior Épico de todos os tempos”. Segundo o jornal, a “sala estava repleta das mais distintas famílias santomenses, com predominância de senhoras”, entre elas, Maria de Jesus<sup>24</sup>. Em 1965, ela substituiu o vogal camarário, Afonso Henriques Ferreira, comerciante europeu, durante a ausência deste. Não era a primeira vez, pois já substituíra interinamente o presidente da edilidade. Em 1965, a última sessão em que participou foi a 30 de novembro, dias antes da prisão da filha em Lisboa. Alda veria sua mãe ser homenageada pelo governador na passagem de quarenta anos de magistério primário<sup>25</sup>. Entre os europeus que a conheceram, é comum ouvir dizer-se que Maria de Jesus era distinta, o que se prende tanto com a sua bonomia, geradora de apreço, quanto com o facto de não se ter oposto ao colonialismo, de que foi vítima. Também por isso, Maria de Jesus sugeriu tentativas de ganhos de dividendos políticos, como a atribuição do seu nome à escola inaugurada no bairro da Fundação em 1971. Em 1973, na esteira das pretensas

<sup>23</sup> Santo, Alda, 1978: 190. À margem do irresolúvel problema moral do colonialismo, agravado pelas violências e mortes, era evidente que o número de milhares de mortos era uma grosseira mistificação, na qual se laborou muito para além do que a utilidade da propaganda anticolonialista contra um regime ditatorial pode explicar.

<sup>24</sup> Na mesa encontravam-se Maria de Jesus e Julieta da Graça do Espírito Santo. Na circunstância, Pascoal Aires Pires dos Santos, diretor do clube, anunciou o restabelecimento de todas as secções do clube, como o exemplificava a iniciativa da secção cultural, cf. *A Voz de S. Tomé* n.º 330, 14 de junho de 1958, p. 3..

<sup>25</sup> Cf. *A Voz de S. Tomé* n.º 756, 24 de setembro de 1966, p. 3.



reformas administrativas encetadas pelo poder colonial, Maria de Jesus foi candidata a membro efectivo da Junta Consultiva da província. Todos estes anos, Alda viveu com a mãe. Voltemos a Alda, que, se não esquecia os eventos de 1953, também não deixava de viver na terra. Em 1956, ela participou na Conferência Internacional dos Africanistas Ocidentais, que, no intuito de granjear a aceitação internacional do laço colonial, se organizou em São Tomé. Esse evento, que contou também o contributo de sua mãe, não terá tido repercussões na ilha. Alda apresentou o texto “Algumas notas sobre o falar dos nativos da Ilha de São Tomé”<sup>26</sup>. Num ambiente cultural rarefeito, onde ela se destacava, a mensagem de Alda sobre o “falar dos nativos” respeitava à sua humanidade, aos seus sentimentos e à circunstância de a ilha também ter uma “História”<sup>27</sup>. Mas numa terra onde famílias ilustres prezavam falar bem o português, poucos terão lido e menos ainda terão entendido qualquer mensagem subliminar quanto à civilização do são-tomense espelhada na complexidade do seu “falar”<sup>28</sup>. Num certo sentido, Alda também estava a esquecer os agravos de 1953, no que, podemos supor, talvez pesassem cálculos relativos à preservação da sua liberdade de movimentos e à evolução política num lapso temporal previsível<sup>29</sup>. Nos anos 50, à convicção (de alguns) de que a dominação não seria eterna opunha-se a falta de sinais de uma mudança num horizonte concebível.

Decerto, Alda tinha uma crença inabalável numa mudança futura, crença que cimentou nos contactos em Paris entre finais de 1959 e 1960, com Mário Pinto de Andrade, Marcelino dos Santos e seu primo Guilherme Espírito Santo, um dos fundadores do MAC, Movimento Anticolonialista<sup>30</sup>. Segundo seu testemunho, Alda levou nas solas dos sapatos para Paris um documento de Amílcar Cabral e Agostinho Neto sobre o processo dos 50 em Angola, não obstante ter sido incomodada pela PIDE antes dessa ida a Paris, julgava ela, por causa de denúncias de supostas atividades conspirativas em Angola durante umas férias ali passadas<sup>31</sup>.

Para os africanos politizados, a década de 60, época de militância independentista conquanto também de resiliência colonialista, trouxe razões para a alteração de sentimentos. Porém, apesar de amparado pela Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas, onde se manifestou, o Comité de Libertação de São Tomé e Príncipe (CLSTP), ficou praticamente inoperante até que outro CLSTP, criado no Gana, em julho de 1965, com uma nova liderança, anunciou a intenção de levar a subversão às ilhas. A conjugação de várias circunstâncias, algumas delas interpretadas equivocadamente, estaria na origem da prisão de Alda em Lisboa em dezembro desse ano.

O ano de 1965 foi o do reconhecimento da legitimidade da luta armada dos povos africanos pelo comité especial da ONU, da dissolução da Sociedade Portuguesa de Escritores por

<sup>26</sup> *Conferência Internacional dos Africanistas Ocidentais. 6.ª Sessão, 1956, V vol., São Tomé, pp. 141-148.*

<sup>27</sup> Adicionalmente, Alda equiparava um trato de terra a uma relíquia familiar de que não se podia prescindir, que não podia ser vendida, porque quem vendesse a sua gleba ou terra vendia a própria vida, cf. Santo, Alda, 1956: 144-145.

<sup>28</sup> Foi-me asseverado que Alda não falava *forro* ou, dir-se-ia hoje, *santomé*. Em 1956, ela confessou que o crioulo, ou dialecto lhe era “um pouco desconhecida” (Santo, Alda, 1956: 141). Por essa altura, afirmava claramente a correlação entre a língua e o sentimento da população nativa, sendo perceptível a sua exterioridade relativamente à “vida sã deste povo, que espera sempre dias melhores”, cf. *idem*: 142.

<sup>29</sup> Talvez Alda divergisse dos tons escatológicos e sacrificiais com que Gastão Torres aludia ao levantamento pela libertação do colonialismo que incendiaria o continente, considerando-se parte de uma “geração sacrificada”, a quem não caberia senão trair ou morrer (cf. ANTT, PIDE-DGS SC-CI(2) 4635, NT n.º 7363, carta de São Tomé, de 10 de novembro de 1965, de Gastão de Alva Torres a Alda do Espírito Santo). Apesar de igualmente independentista, Alda certamente traçava outros horizontes para a sua vida.

<sup>30</sup> A que ela mesma terá pertencido, cf. Santo, Carlos, 2012b: 13.

<sup>31</sup> Laban, 2002: 77-82. A PIDE ficou ciente das actividades em Paris e, até, da proximidade afectiva com Mário Pinto de Andrade. Registou que Alda era “uma das poetisas que o Mário de Andrade apresenta no seu livro *Antologia da Poesia Negra de Expressão Portuguesa*”, cf. ANTT, PIDE-DGS SC-CI(2)-GU, S. Tomé, NT n.º 8969, fls. 666-679, relatório n.º 4, de 18 de fevereiro de 1963, do inspector Nogueira Branco.

causa da atribuição do prémio de novelística a Luandino Vieira, do encerramento da Casa dos Estudantes do Império e da publicação pela Oposição Democrática de um manifesto sobre o ultramar. Na colónia, onde se lidava mal com as mudanças no mundo, as autoridades viram manobras políticas na irreverência dos universitários ali de férias. Decerto, tal irreverência traduzia uma posição política mais sentida do que pensada. Em todo o caso, dada a ostensiva apartação dos estudantes face aos europeus, PIDE e mais autoridades tomaram à letra a propaganda panfletária do novo CLSTP sobre o seu presidente clandestino na ilha. Numa lógica típica das ditaduras, as várias autoridades afinaram pelo mesmo diapasão: a irreverência da juventude, além de despropositada (até pela gratidão devida pela possibilidade de estudar em Lisboa), não era de iniciativa própria, ao invés, advinha da orientação de alguém. Em Lisboa, o relatório da PIDE e uma informação militar<sup>32</sup> foram considerados probatórios de uma urdidura de algo subversivo, quando, afinal, não podiam deixar de constatar o mesmo por a inaudita irreverência ser motivo de falatório na ilha. De Lisboa perguntou-se quem seria o mentor da atitude estudantil, inferindo-se que, provavelmente, seria também o responsável político clan-destino do CLSTP.

Desmentindo a primeira indicação, em que se referenciava Gastão Torres como possível presidente do CLSTP em São Tomé<sup>33</sup>, a resposta chegou sem dúvidas: tratava-se de Alda do Espírito Santo, de férias na metrópole, para onde embarcara a 5 de agosto. Tal dava azo à intervenção da PIDE, bem mais fácil do que na ilha. A mudança de opinião terá tido a ver com a acomodação ao pressentido desejo de actuação em Lisboa e, acima de tudo, com a impunidade da repressão num contexto ditatorial: afinal, se Alda não era presidente do CLSTP, podia sê-lo. Em suma, notícias do CLSTP, atitudes segregacionistas dos estudantes de férias, ruptura desses jovens com o contemporizador Salustino da Graça do Espírito Santo e sobreavaliação do perigo da subversão em São Tomé acabaram por compor um imbróglgio que levaria à prisão de são-tomenses em Lisboa.

Para além do intuito de incutir medo, a prisão servia para averiguação de atividades separatistas em São Tomé, conforme a referência à presença do líder do CLSTP na ilha num panfleto a circular em Lisboa<sup>34</sup>. A ida de Alda a Lisboa terá sido interpretada como um prolongamento da actividade subversiva iniciada em São Tomé. Durante dias, a PIDE fez escutas e seguiu os movimentos de Alda, listando as pessoas com quem ela contactava. De forma arbitrária e discricionária, a 4 de dezembro, a PIDE prendeu Alda, juntamente com vários são-tomenses<sup>35</sup>. A maioria dos detidos negou manter ou sequer conhecer atividades separatistas, dizendo nunca se ter envolvido em acções contra ou a favor do Estado. Alda começou por afirmar o mesmo.

Não sabemos o que se passou na prisão de Caxias, mas o sofrimento dos ilhéus poderá ter resultado mais da estupefacção, da incerteza e do receio da prisão do que de outros maus-tratos, embora Alda tenha mencionado a tortura do sono<sup>36</sup>. É provável que a PIDE mentisse e ameaçasse, obtendo delações de ações de menor monta. Terá sido a partir destas que formulou um juízo acerca da rala ameaça que os panfletos traduziam.

<sup>32</sup> Informação confidencial de 26 de outubro de 1965 do chefe de gabinete do ministro do exército ao director da PIDE, in Santo, 2012: 886.

<sup>33</sup> Por exemplo, ANTT, PIDE-DGS SC-CI(2)-GU, S. Tomé, NT n.º 8969, fls. 457-463, relatório n.º 15, de 19 de agosto de 1965, do subinspector Nogueira Branco.

<sup>34</sup> Laban, 2002: 81-82.

<sup>35</sup> Segundo informação de 6 de dezembro de 1966, do chefe da brigada, a 4 de dezembro foram detidos 18 indivíduos, cf. ANTT, PIDE-DGS SC-CI(2) 4635, NT7363. Diga-se, alguns deles viviam completamente afastados da política e, mais, de qualquer intuito subversivo. Segundo a PIDE, regressados ao arquipélago, os ilhéus que tinham estado detidos remeteram-se ao silêncio. Dito de outra forma, terão narrado o caso a pessoas próximas, enquanto à maioria terão calado os vexames a que tinham sido sujeitos.

<sup>36</sup> Cf. Laban, 2002: 84.

Por nada constar nos ficheiros da PIDE acerca da maioria dos são-tomenses detidos, dado o alheamento de vários deles da política, a PIDE acabou por os ir libertando. Ponderando a sua situação, Alda terá por fim anuído a narrar verdade – basicamente, a reportar o que a PIDE sabia –, a que se escusara no primeiro interrogatório. Em Lisboa, ela repassara um exemplar do *Faúlha*, órgão da revolução africana, e, em São Tomé, tentara organizar um grupo que visava o incremento cultural dos são-tomenses para preparar o futuro, grupo em que se incluíam Quintero Aguiar, Gastão Torres e Celestino Costa. Apesar da coação, os elementos probatórios de atividade subversiva eram risíveis e, por último, também Alda foi solta em 21 de fevereiro de 1966, ficando o processo a aguardar melhor prova.

No *Faúlha* n.º 4, publicado em janeiro de 1966, em Acra, o CLSTP denunciava a prisão de dezenas de são-tomenses em Lisboa, entre os quais Alda, professora primária e poetisa conhecida: “A vida de Alda do Espírito Santo e dos seus companheiros está em perigo. A fim de arrancar-lhes confissões imaginárias, a polícia portuguesa tortura-os noite e dia, e as suas condições de detenção são das mais desumanas”<sup>37</sup>. Em São Tomé, o impacto da prisão foi limitado ou refluuiu rapidamente. A afluência às festas da cidade passou à margem das prisões em Lisboa. Afinal, o sentimento de discriminação racial era socialmente refractado e, mesmo se interiorizado por uma elite, não ecoava em toda a população, uma parte dela pobre e alienada, outra de passagem na terra e, porventura, identificada com as roças.

Uma vez libertada, Alda voltaria ao arquipélago<sup>38</sup>, na sequência do que se lhe teria fixado residência na ilha do Príncipe<sup>39</sup>, o que, a ter sucedido, confirmava esta ilha como terra de degredo. De regresso a São Tomé, ensinou na escola que, depois da independência, receberia o nome de sua mãe. Em outubro de 1966, em função de informações de Paris, de veracidade não comprovada, segundo a qual os movimentos nacionalistas teriam intenção de iniciar imediatamente a subversão, mandou-se vigiar Alda<sup>40</sup>. De alguma forma, na ilha, a ninguém era dado não estar ou não se sentir vigiado. Subsequentemente, a vida voltou à rotina.

Entretantes, o relacionamento com os ilhéus tornava-se a preocupação maior da PIDE e dos governantes. Para estes, um indicador importante era a concorrência às urnas. As eleições serviam de barómetro da aceitação popular da governação que, sem questionar o laço colonial, passara a incorporar objetivos de índole social. Para a PIDE, as eleições de 1969 decorreram na melhor ordem e com enorme afluência às urnas por se ter propalado que o voto era, não só um dever cívico, mas um reconhecimento ao governador pelos melhoramentos nas ilhas. Como seria hábito, a PIDE escrutinou a atitude dos desafectos à situação. Alda e mais seis europeus não votaram<sup>41</sup>.

<sup>37</sup> Nos termos da linguagem panfletária da época, tal prisão era a “indicação clara do pânico das autoridades colonialistas, ante a firme determinação do povo” ilhéu “de pôr fim, por todos os meios, à odiosa dominação colonial portuguesa”, entre eles “a luta armada”, pois o governo de Salazar não deixava outra alternativa. Na circunstância, o jornal publicava o poema de Alda dedicado aos mártires de 1953, “Onde estão os homens caçados neste vento de loucura?”, cf. *Faúlha* n.º 4, janeiro de 1966, p. 4.

<sup>38</sup> Em São Tomé, para a PIDE, depois da notoriedade com a prisão, o regresso de Alda às funções de professora era muito nefasto. Por isso, sugeriu-se a suspensão com base em falta disciplinar grave, a que correspondia a pena de aposentação compulsiva ou de demissão (cf. ANTT, PIDE-DGS SC-CI(2) 4635, NT n.º 7363, relatório n.º 4, de 5 de março de 1966, do subinspector Nogueira Branco). Tal recomendação não teve seguimento.

<sup>39</sup> Informação de Jorge Heitor (*in* <http://uk.groups.yahoo.com/group/saotome/message/28285>, acesso: 8 de Outubro de 2012), que importa confirmar. Mata e Padilha adiantam que, na sequência da prisão, lhe foi fixada residência e que nos finais dos anos 60 regressou a São Tomé (cf. 2006: 12), mas ficamos sem perceber onde se lhe teria fixado residência e quando teria regressado a São Tomé. Foi-me dito que Alda retomou a actividade em São Tomé em 1966 (*A. Nascimento*).

<sup>40</sup> ANTT, AOS/CO/UL-8 J, pasta 1, 50 subd., fl. 319, telegrama de 1 de outubro de 1966, do ministro ao governador de São Tomé e Príncipe.

<sup>41</sup> ANTT, PIDE-DGS SC-CI(2)-GU, S. Tomé, NT n.º 8970, fls. 488-492, relatório n.º 21/969, de 4 de novembro de 1969, do inspector Nogueira Branco.

Em 1972, de novo *A Voz de S. Tomé* publicou o poema “Natal na Ilha”, onde, a propósito do Natal e das “cabinhas de andala”, com um certo tom amargo Alda falava sobretudo do dia do “Bocado”, isto é, da reunião das famílias de ilhéus no dia de Cinzas<sup>42</sup>. Mais relevante foi o facto de em 1973 o *Expresso* ter publicado um poema seu de homenagem a Amílcar Cabral<sup>43</sup>, o que, certamente, lhe acentuou a notoriedade local. Por essa altura, quando se preparavam as listas para as eleições, a 25 de março, dos dois órgãos do governo da província, alvitrou-se a inclusão do seu nome, mas Alda escusou-se a integrar a lista da União Nacional<sup>44</sup>.

Por vezes, alude-se a actividades do MLSTP em São Tomé e é de supor algum proselitismo anticolonial entre ilhéus. Mas, afora um ou outro documento apreendido pela PIDE, testemunhando mais inclinações políticas do que acções, não se conhecem tais atividades nem os envolvidos, excepto pela boca dos próprios que também não concretizam o que faziam, para além de serem contra o colonialismo e de esperarem pelo respectivo fim, o que, em parte, derivava da situação ditatorial.

Nos derradeiros anos do colonialismo, concomitantemente à aceitação, ao menos aparente, da condição de “portugueses” por parte substancial dos ilhéus, ter-se-á assistido a uma mutação nos opositores ao colonialismo. Os elementos das famílias tradicionais e ilustres, que aliavam a oposição calada à acomodação à situação colonial, foram perdendo protagonismo para jovens que, por causa da qualificação académica, eram mais propensos a abraçar a causa nacionalista. Professora de vários jovens, Alda terá incutido alguns um sentimento de revolta, um passo na sua consciencialização política. Após o 25 de abril, acompanhá-los-ia no voluntarismo da Associação Cívica, o grupo pró-MLSTP dinamizado pelos universitários radicalizados na metrópole<sup>45</sup>.

Socialmente distinta pelo estatuto da família, Alda dava-se com alguns europeus e com um círculo restrito de amigos e de familiares, mantendo a distância face ao grosso da população. Mas a distinção social de Alda advinha também da diferenciação cultural, que lhe facultava uma leitura abrangente do mundo. Enquanto isso, tinha uma visão paternalista do povo, visão a que incutiria um cunho político após a independência. A sua comunhão com o povo era ideológica e política, mais do que emocional, salvo no que de reactivo continha a rejeição da supremacia racial dos colonos (mas na qual não seria acompanhada por parte significativa dos conterrâneos). De um certo ponto de vista, a sua posição reproduzia a exterioridade dos independentistas, que, fora do país, eram reconhecidos como representantes dos são-tomenses. Em 1974-1975, os exilados chegaram com uma mensagem salvífica e, de caminho, com uma ascendência política, que também se reconhecia a Alda.

Com a (prospetiva) nação delimitada pela clivagem racial, a independência fez-se contra os brancos. Mas, pese embora o lema da “unidade”, fez-se igualmente contra os são-tomenses que cultivavam a sua distinção social. Contra, afinal, o estrato social de que Alda era oriunda. Tal lance exigia-lhe uma fé inabalável num credo que, todavia, era novo para o comum dos são-tomenses aquando do 25 de Abril<sup>46</sup>.

<sup>42</sup> *A Voz de S. Tomé* n.º 1070, 26 de dezembro de 1972, p. 6.

<sup>43</sup> O poema sem título foi publicado com outro do próprio Amílcar Cabral e a caricatura deste no livro de curso de Agronomia (*Expresso* n.º 4, de 27 de janeiro de 1973, p. 4). Em 1976, Alda publicaria o poema “Requiem para Amílcar Cabral”, de 20 de janeiro de 1973, in *Revolução* n.º 14, 16 de janeiro de 1976, p. 6.

<sup>44</sup> ANTT, PIDE-DGS SC-CI(2)-GU, S. Tomé, NT n.º 8970, fls. 125-128, relatório n.º 3/973, de 16 de fevereiro de 1973, do inspector Nogueira Branco.

<sup>45</sup> Porém, como veremos ainda no período de transição, secundaria a decisão do MLSTP em detrimento de Gastão Torres e dos jovens militantes da Cívica.

<sup>46</sup> Apesar da reconhecida intransigência anticolonialista de Alda, uma das facetas surpreendentes para pessoas próximas foi o radicalismo do seu ativismo político no pós-independência, também por esse radicalismo ter aliado laços de proximidade cultivados antes de 1975. Mais, por a ter levado a silenciar-se perante as acusações, as prisões e as violências

## A militância ambivalente no período de transição

O 25 de Abril de 1974 e a independência vindoura pareceram dar razão ao inequívoco distanciamento de Alda da situação colonial, que lhe conferiu proeminência no pós-25 de Abril, advinda também dos laços com os nacionalistas africanos. A proeminência foi reforçada pelo (suposto) ascendente na Cívica, que, quiçá instrumentalmente, a invocava como exemplo. Em todo o caso, tal não significava que a sua visão política estivesse em sintonia com a da maioria dos ilhéus e, menos ainda, com a dos trabalhadores das roças, oriundos de outras colónias, não obstante a denúncia da exploração do homem pelo homem. Ainda que ela e mais independentistas se quisessem convencidos do contrário, o triunfo da sua ideologia de coloração socialista – que exprimia um ressentimento de velado recorte racial – tinha algo de conjuntural e menos a ver com as aspirações da terra. Após o 25 de Abril, Alda mobilizou-se para moldar o emergente desejo popular de independência, para o que se juntou à Associação Cívica Pró-Movimento de Libertação de S. Tomé e Príncipe (Cívica), o movimento político dos estudantes que visava impor a mensagem do MLSTP. A 23 de julho de 1974, publicou-se o n.º 1 do *Presença de S. Tomé e Príncipe*, órgão da Cívica, dirigido por Alda.

Note-se o facto de outra agremiação política, a Frente Popular Livre (FPL), também ser liderada por uma mulher, Maria do Carmo Bragança. A FPL começou a publicar o seu jornal, *Pôvô Kóddô*, ainda antes do da Cívica. Todavia, o crédito internacional aos movimentos de libertação e a radicalização política no rescaldo do 25 de Abril inviabilizaram sequer a ponderação de quaisquer propostas da Frente, prontamente investivada de neo-colonialista.

Diferentemente dos conterrâneos de origem social similar, que, estribados na sua distinção social, terão começado por olhar com condescendência (a breve trecho trocada pelo receio) os propósitos revolucionários, Alda postou-se do lado dos jovens que, naquela conjuntura, não contemporizavam nem com o colonialismo, nem com nada que se assemelhasse a um vínculo colonial. Natural, pois, que se tornasse uma figura para a rebeldia juvenil e da Cívica após o 25 de Abril.

Foi dito que Alda terá moderado o extremismo da Cívica “por estar ligada a um certo espírito de disciplina comunista e bom senso anti-festivo”<sup>47</sup>. Porém, a extensão da eventual ascendência sobre os jovens da Cívica queda por apurar<sup>48</sup>: atenta a época, pode pensar-se que um certo sentido de disciplina militante ainda radicalizaria mais os jovens devotados aos próceres do nacionalismo, entre eles, Alda. Em contrapartida, admite-se que ela possa ter sido um travão ao protagonismo independente dos jovens da Cívica<sup>49</sup>. Mas não se pode descartar a hipótese de ela somente os ter seguido e apoiado.

sobre pessoas de quem antes parecia próxima. Segundo Carlos E. Santo, em 1983, Maria dos Anjos Aguiar, presa por distribuir panfletos contra o regime, seria libertada por intercessão de Alda, sua comadre (cf. 2014: 508-509). Mas não foi esta a sorte de outros são-tomenses.

<sup>47</sup> Tal foi a caracterização de Graça, 2011: 70. Foi-me dito por vários depoentes que ela não apoiava excessos como ameaças a pessoas ou a apropriação indevida de bens em nome da luta contra a exploração. Mas não só tais afirmações, incluindo de europeus, podem representar uma condescendência de amigos face a factos que o tempo relativizou, como, à época, era difícil discernir, por exemplo, entre ameaças a colonos e luta contra o colonialismo.

<sup>48</sup> Atribuiu-se-lhe a formação política dos jovens contra o colonialismo, refutando-se a negação dessa e de outras actividades por serem clandestinas e, por isso, desconhecidas do público. Essa doutrinação explicaria o facto de muitos jovens terem voltado às ilhas após o 25 de abril (Mata e Padilha, 2006: 12-13). Lógica, a argumentação poderá ser verdadeira, mas carece de base empírica, não se podendo demandar que se aceite como certo aquilo que cai fora do escrutínio da investigação. Certamente, em 1974, vários jovens são-tomenses voltaram à terra natal por múltiplas razões, que não necessariamente pela doutrinação de Alda.

<sup>49</sup> Diga-se, até os envolvidos nos acontecimentos exporem as suas memórias dos factos (e não narrações que, compreensivelmente, os racionalizam e justificam), é difícil ir além da formulação de hipóteses.

A inclinação demissionária da metrópole colonial não bastava aos independentistas. No pico de agitação social, a 19 de setembro de 1974, Alda inspirou um dos sucessivos momentos de reivindicação da independência do arquipélago. Nesse dia, após uma reunião de mobilização, centenas de mulheres vestidas de preto manifestaram-se em frente do palácio do governo. Recusando ser representadas por três delas<sup>50</sup>, acordaram em deslocar-se para o portão lateral, aonde o governador Pires Veloso foi ao seu encontro. Alegavam que os colonos tinham envenenado a água que abastecia a cidade e o sal vendido nas lojas. No fim, Pires Veloso, para quem a manifestação era despropositada, terá interpelado Alda, que estava “ligeiramente à parte”, “perguntando-lhe que palhaçada era aquela. Ela sorriu, encolhendo os ombros...”<sup>51</sup> Apesar da inconsequência em vez do martírio, o dia ficou como a data da OMSTEP, sendo até hoje dia da mulher são-tomense. A 21 de dezembro de 1974, Alda passou a ministro da Educação – ao tempo, a dignidade do cargo não fazia qualquer concessão à verbalização de (pretensas) mutações nas relações de género – do governo de transição. Apesar disso, Alda terá continuado a apoiar a mobilização política da Cívica contra o dito governo, isto é, contra a colaboração com o colonizador. Porém, a dinâmica de conflituosidade conduzida pelos *cívicos* criaria um dilema – que, a breve trecho, passou da sociedade para o MLSTP – a saber, o de se estar contra, mesmo se prudentemente calado, ou a favor dos *cívicos*. Na circunstância, estar a favor equivalia a calar o incómodo perante as diatribes crescentemente encaradas como gratuitas.

A confirmar-se a hipótese de Alda ter estado contra o governo de transição, hipótese plausível dada a exaltação revolucionária nesses tempos, tal indiciaria, mais do que duplicidade, o incontido desejo de marcar presença em todas as frentes contra o colonialismo e respectivos resquícios. É possível que Alda visse o governo de transição, que integrava, como subordinado ao poder (ainda) colonial e que, por isso, se sentisse legitimada a posições e a condutas que colidiam com a lealdade institucional. Também é possível, quando não provável, que não tivesse nenhuma posição notória, limitando-se a secundar a acção de Gastão Torres, um dos mentores da Cívica e, como ela, ministro. A verdade é que, após a crise da tropa nativa, de março de 1975, não foi objecto de purga, como sucedeu a Gastão Torres<sup>52</sup>, de quem fora interlocutora nos amargos anos 60, e a Pedro Umbelina, também ministro.

O braço-de-ferro com o alto-comissário Pires Veloso em torno da *tropa nativa* resultou na aniquilação da Cívica. Fica por responder como (se) justificou Alda quanto ao ter passado do incentivo à agitação empreendida pela Cívica para a posição da direcção do MLSTP. De súbito, esta deixou de apoiar a acção da Cívica, cujos dinamizadores foram humilhados no comício da praça Yon Gato na presença do cunhado, Pinto da Costa, líder do MLSTP e futuro presidente da República, que, ao menos tacitamente, se concertou com Pires Veloso para refrear a agitação social.

Algo de inconcebível anos antes, as autoridades portuguesas dispunham-se a entregar o território sem convulsões nem derramamento de sangue, o que requeria normalidade no dia-a-dia. Ora, como outros elementos do MLSTP e da Cívica, Alda não queria nada de similar a uma unção paternal do poder colonial demissionário. Mas, a dado passo, com o ambiente político na metrópole favorável, a direcção do MLSTP – ou, se se quiser, Pinto da Costa – não quis prosseguir numa senda de radicalização que não só era escusada, como

<sup>50</sup> Segundo Carlos E. Santo, uma delegação de três mulheres, liderada por Maria do Rosário Barros, terá sido recebida pelo governador (cf. 2014: 507). Além da descrição de Pires Veloso, outras narrações da manifestação referem um diálogo entre Pires Veloso e as manifestantes no portão lateral do palácio.

<sup>51</sup> Veloso: 2008: 125. Já Fernandes considera que tal manifestação foi particularmente relevante enquanto exigência para a abertura imediata de negociações (s. d.: 44), ideia só autorizada por uma visão autocentrada.

<sup>52</sup> Em março de 1975, responsabilizado pela desestabilização social, Gastão Torres sairia para a metrópole.

diminuía o MLSTP face à fogsosidade da juventude. Ademais, anteviu-se a corrosão do apoio ao MLSTP caso este persistisse no apoio à Cívica.

Tendo ficado com os vencedores, Alda não terá tido de explicar nada aos jovens, de quem, inopinadamente, se passou a dizer que, ao invés de heróis e revolucionários, eram perturbadores. Além do laço familiar com Pinto da Costa, as razões para Alda ombrear com o MLSTP terão sido a afectividade cultivada em Lisboa com os nacionalistas e a (calada) percepção de que não tutelaria as acções dos jovens *cívicos*. Inopinadamente, estes passaram a ser perseguidos ou, pelo menos, foi esse o sentimento que se apossou deles. Alda empenhou-se na obtenção de acolhimento noutros países para os jovens coagidos a deixar a sua terra a meses da independência.

Como a dos demais militantes da *luta* dessa época, a ambiguidade de Alda assentou na ideia da necessidade de uma *luta* (de resto, uma extrapolação da sugestão das novas autoridades portuguesas de criação da Cívica e, nalguma medida, tolerada por essas autoridades), que sabia desnecessária contra um colonialismo em desmantelamento. Logo, a *luta* da Cívica e de Alda (como, mais tarde, a do MLSTP contra o neo-imperialismo e o neocolonialismo) acabava por ser contra os são-tomenses adeptos de soluções políticas apodadas de neocolonialistas ainda antes da ponderação do respetivo conteúdo. Mas tudo isso era de somenos face à independência<sup>53</sup>.

### **Após a independência, a acção política a favor da “dos ventos da história”**

São Tomé e Príncipe acedeu à independência a 12 de julho, aniversário do MLSTP. No hino, com letra de Alda – o que também a ajudou a erigi-la em mãe da pátria –, está vertido o sentimento anticolonial. Na bandeira, com as cores do pan-africanismo, as ilhas surgem representadas por duas estrelas negras. No escudo do país inscreveu-se a divisa “Unidade Disciplina Trabalho”, ideologicamente congruente com o voluntarismo do momento da independência. A nação tecia-se de anticolonialismo, de uma velada delimitação racial e da promessa de igualdade. Diga-se, para Alda, o igualitarismo caminhava de par com o vínculo do indivíduo à comunidade, com um certo ascetismo e, nessa medida, com uma dada elevação moral. Para Alda, a única distinção louvável era a decorrente do desempenho político e cultural.

Em certas famílias, preservara-se a memória da militância nativista ou pan-africanista dos ascendentes. Mas, destruída desde a década de 1930, a acomodada elite da terra foi totalmente depreciada pelos dirigentes triunfantes em 1975. A excepção foi Alda. A par do laço familiar com Pinto da Costa, a demarcação dos europeus, a resistência obstinada ao colonialismo e a filiação no MLSTP conferiram-lhe o estatuto de mentora espiritual da nação. Porém, a deferência de que foi alvo terá sempre excedido o seu peso político<sup>54</sup>, porventura menor do que por regra se supõe, desde logo pela menorização das individualidades numa estrutura norteada pelo centralismo democrático.

Na falta de competição política aberta e dada a escassez de testemunhos, é difícil detalhar o percurso de Alda após 1975, que, no essencial, consistiu na sua devoção às metas do MLSTP e na desresponsabilização individual, resultante da subsunção da sua posição à acção colectiva pautada pela propaganda ideologizada acerca do rumo do país. Assim, a par da exposição de alguns factos, aventaremos hipóteses sobre o que a nortearia e sobre eventuais juízos seus acerca da evolução do seu arquipélago.

<sup>53</sup> Cf. Nascimento, 2014a e 2014b.

<sup>54</sup> Anos depois da independência, da parte dos dirigentes mais novos, da ex-Cívica, existia deferência para com Alda. Porém, importaria saber em que medida tal deferência se devia ao papel de Alda na sua formação e à protecção obtida para eles em 1975 ou, diferentemente, ao acatamento da hierarquia, assaz prezado no regime de partido único.

Como noutros países africanos, os dirigentes declararam-se legitimados e, a despeito da propalada predisposição para aprender com as *massas*, consideraram-se omniscientes e detentores da verdade. A reiterada identificação dos independentistas com os conterrâneos, a esmagadora maioria deles despolitizada e apartada das propostas socialistas do MLSTP, passava muito pela ideologia ou, mais exactamente, pela retórica nos rituais políticos com que se aparentava comunhão entre governantes e governados. À partida, Alda estaria, talvez, menos distante dos seus concidadãos do que os exilados chegados em 1975, mas o tirocínio do poder tê-la-á colocado, também a ela, numa rota de crescente afastamento de muitos compatriotas.

De início, a nação foi sentida fraternalmente por muitos ilhéus em vista das diferenças face aos colonos, subitamente tornadas evidentes, entre elas, a da coloração epidérmica e a dos privilégios injustamente inerentes à condição de branco. Para lá da micro-insularidade e da relativa homogeneidade cultural, os sentimentos nacionalistas passaram a referir-se a uma nação que, mais do que imaginada, era percebida, dado o conhecimento mútuo dos são-tomenses. Na época, tal favoreceu o triunfo de uma conceção de sociedade que, incorporando traços de modernidade, sugeriu laços de pendor vinculativo, a que, de resto, também ajudava o carácter totalitário da ideologia socializante do projeto independentista. Com efeito, a par da inevitável interação pessoal, transitoriamente a ideologia avivou a ilusão de que os laços entre os são-tomenses podiam ser tão orgânicos como noutros meios africanos. Contudo, São Tomé e Príncipe era uma sociedade pautada pelo individualismo, que, equivocado pela sua hegemonia, o MLSTP julgou passível de eliminar através da tentada criação do *homem novo*.

Crete na bondade do projeto independentista e na transformação da índole humana, crete na história transportada no sangue, Alda revelou-se uma acérrima voluntarista, pugnando por um vínculo imperativo entre os são-tomenses, na prática, traduzido na obediência aos ditames políticos e morais dos dirigentes do MLSTP. Tal obediência separava os são-tomenses autênticos dos que, de acordo com os dirigentes, renegavam a sua condição.

Esta conceção orgânica viria a ser contraditada pela evolução do mundo e pela resiliência da idiosincrasia local, por algum tempo ainda tributária de uma moral (institucional) da era colonial e, sobretudo, de um modo de vida acomodado, mais dado aos pequenos prazeres do dia-a-dia do que a lutas. Não se revelaria fácil mudar a índole dos ilhéus (e, diga-se, se tal vem a suceder não parece ser por força de ideologias).

Tal empurrou os dirigentes para um crescendo de ameaças, travestidas de luta contra o neocolonialismo e o neo-imperialismo. Obtida a independência ao cabo de anos de sofrimento e de militância, entre os dirigentes perguntar-se-ia para quê fazer concessões burguesas que só perpetuariam o obscurantismo dos conterrâneos. Poderia uma leitura da história empiricamente escorada na luta entre dois blocos mundiais, corporizando o bem e o mal, deixar de guiar a ação política libertadora da alienação do colonialismo que não desaparecera automaticamente com ele?

Justamente, uma das continuidades notórias entre o colonialismo e o pós-independência foi a relação paternalista entre os dirigentes e o “povo”. A exemplo do sucedido na era colonial, o MLSTP pretendia conduzir o “povo”. A diferença residia na proposta do *homem novo* e de uma nova sociedade, que, todavia, começavam a ser diferidos no exato momento em que o poder colonial era substituído pelo independentista. Com decalques do poder colonial, o poder independentista não era necessariamente novo, nem “popular”. Com efeito, “popular” era, sobretudo, uma etiqueta colada a tudo, até a um poder destituído



de conteúdo político consonante com qualquer princípio de basismo ou, por exemplo, de resgate da cultura popular, da qual, como veremos, Alda se apartava<sup>55</sup>.

Após a independência, Alda do Espírito Santo, que conceberia a escola como um antídoto contra a danosa influência do conservadorismo das famílias, foi ministro da Educação e Cultura Popular. Enquanto tal, defendeu que o ensino devia contribuir para a reconstrução do país, assente no esforço colectivo consentido por todos, presumidos “militantes da Pátria comum, ao serviço do Povo”. Propôs como meta a alfabetização, mas, igualmente, a inculcação de nova mentalidade, de modo a que, por exemplo, as aprendizagens de cunho prático convergissem com as necessidades locais. Por exemplo, numa localidade piscatória o ensino devia incidir na pesca<sup>56</sup>. A ter-se concretizado, tal proposta, na qual se insinuava a valorização ideológica do trabalho braçal<sup>57</sup>, importaria no imobilismo social. Não é difícil supor a sua recusa pela população que, ao tempo, ainda encarava a escola como mecanismo de mobilidade social, não como meio de replicação das assimetrias sociais.

Não tardaria muito, Alda passou a Ministro da Informação e Cultura Popular. Por causa da rigidez hierárquica, aos olhos dos subalternos, a autoridade de um ministro parecia imensa. Porém, ser ministro equivalia a ter um cargo de latitude de decisão restrita, como sucedia com todos os dirigentes e governantes. Mesmo se potencialmente discricionário, o poder era limitado e prendia-se mais com minudências, como, por exemplo, a de autorizar, ou não, o uso de pseudónimos pelos jornalistas do jornal do regime, *Revolução*. Os ministros tinham menos poder para delinear políticas do que necessidade de gerir necessidades e, também por isso, a toda a hora vincar a autoridade no tocante ao funcionamento das instituições e ao desempenho dos subordinados.

Ainda assim, controlar a informação parecia uma missão exequível. Já transpor ideias sobre a cultura para o quotidiano de um povo a experimentar crescentes privações era assaz difícil, se não impraticável. Aliás, não se apostava na cultura, erudita ou popular, alegando-se a prioridade da resolução de necessidades básicas, que, não obstante, não cessavam de se agravar. No fundo, para os políticos, a “cultura popular” respeitava, não aos costumes dos são-tomenses, mas à reverberação do bordão da injustiça do colonialismo e, de caminho, da adesão exultante ao MLSTP.

Por isso, a promoção social dos factos culturais são-tomenses, para os políticos, destituídos de valia intrínseca ou subordinada à da ideologia, era uma meta secundária. As injunções político-ideológicas deveriam vazar-se através da teatralização caricatural da era colonial, cujo legado de alienação se pretendia erradicar. Mas essa dramatização era de rala eficácia, porquanto, depois da exaltação com a independência, uma fração crescente dos ilhéus tendia a apartar-se do MLSTP e do seu socialismo. Ao arrepio do palavreado ideologizado, expendido nos comícios ritualizados, parte dos ilhéus encarava as privações e as interdições como uma canga, não como um oportunidade para uma transfiguração ideológico-cultural.

<sup>55</sup> Considere-se a opinião de Carlos Espírito Santo, que defende que os seus contos veiculavam sabedoria popular (2012b: 24). Em todo o caso, nem o recurso aos referentes da terra veicula forçosamente tal sabedoria, nem a cultura popular se resume a tais referentes, que terão composto, ou não, tais narrativas populares.

<sup>56</sup> *Revolução* n.º 3, 22 de agosto de 1975, pp. 3-7. Em consonância, em 1978, Alda do Espírito Santo aludiu a uma “ciência do povo”, qual “enciclopédia oral da história das forças produtivas” (1978: 191). Ora, o “povo” não se mostraria muito cioso desse bem.

<sup>57</sup> Ao tempo, esta era uma nota ideológica aliciente. Porém, só anos mais tarde se criaria uma escola de campo, de vocação rural, cuja função acabou por ser sobretudo simbólica.

## O labor ideológico em vão...

A somar às relações familiares, o facto de Alda se ter colocado precocemente no campo independentista tornara-a uma figura simbólica. O tratamento de “D. Alda” não era o do uso informal do termo “dona” do dia-a-dia nas ruas e mercados. Era diferente, também por ser veiculado pelos órgãos de informação, mormente no *Revolução*, onde a “camarada Alda” se seguia a menção do cargo, por exemplo, Presidente da Assembleia Popular Nacional.

Diga-se, o desempenho enquanto presidente da Assembleia, por três mandatos<sup>58</sup>, foi pouco mais que formal<sup>59</sup>, desde logo pela localização da sede de poder em círculos restritos e informais, mesmo se acobertados pelo MLSTP. Após 1975, Alda foi perdendo poder, que terá sido sempre diminuto, mas manter-se-ia como um vulto de referência, em razão do que eram (ou se imaginava que fossem) escutadas as suas palavras pelos são-tomenses (não sendo certo que outros dirigentes se ativessem ao que ela poderia dizer, assim como não se tem indícios de ela ter destoadado da cúpula do MLSTP).

Alda foi uma figura de excepção no tocante à afirmação anticolonial. A coragem em 1953, a prisão pela PIDE e, quiçá, a instigação da manifestação das mulheres em Setembro de 1974 aureolaram-na como exemplo para as são-tomenses. Estas circunstâncias indicavam-na para expender discursos políticos, conquanto estes pouco mais fossem do que uma retórica moral<sup>60</sup> atinente a granjear apoio para o MLSTP.

Após um período de performances de promoção das mulheres – supostamente imanente a atividades da OMSTEP, que, hoje, mais se assemelham a rituais de subordinação –, gradualmente foi-se abandonando a ideia da emancipação feminina, na medida em que se a presumiu decorrente do engajamento na reconstrução nacional<sup>61</sup>. Ora, tal pressuposto, em teoria lógico e plausível, não teve a comprovação em São Tomé e Príncipe e se, contra o peso da inércia, alguma libertação das mulheres, entendida como processo de reequilíbrio das relações de género, ocorreu (e ocorre), isso não advém apenas do pós-independência<sup>62</sup>, conquanto a massificação do ensino tenha sido um forte instrumento de mobilidade social<sup>63</sup>.

A perspetiva de Alda sobre a emancipação da mulher subordinava-se a uma visão política, avessa a noções abstratas ou subjectivas de liberdade ou a interpelações do feminismo. Aquando do primeiro Dia Internacional da Mulher após a independência, a proposta de reflexão de Alda às jovens consistiu num guião moral, quase penitencial, onde não cabia o desejo, nem, sequer, o devaneio. Segundo Alda, com o desmoronar da barreira colonial, importava abandonar o paternalismo (onde, presumamo-lo, se incluíam o patriarcalismo e o machismo). Às mulheres, competia inirem esforços para a resolução dos problemas de homens e mulheres. As jovens tinham de estar perto da mulher trabalhadora, pois “a força da juventude não significa um lazer efémero e frívolo”. Às jovens, pediu que não se

<sup>58</sup> Carlos Espírito Santo alude a dois mandatos, correspondentes a duas legislaturas, entre 1980 e 1990, cf. 2012b: 14.

<sup>59</sup> Diga-se que ela mesmo contribuiu para isso. Por exemplo, no discurso no encerramento da 3.ª legislatura da A. P. N., Alda do Espírito Santo nada disse de politicamente substantivo, cf. *Revolução* n.º 498, 28 de março de 1987, p. 2 do suplemento e p. 3.

<sup>60</sup> Na era colonial, Alda focara-se na libertação das mulheres, mormente na opressão do código civil português, tendo lido sobre a evolução da instituição do casamento ao longo da história e numa perspetiva comparada, conforme o denotam os apontamentos apreendidos pela PIDE, indiciadores da preparação de uma conferência. Em todo o caso, em São Tomé e Príncipe, a lei era menos relevante, porquanto a esmagadora maioria das uniões não eram matrimónios e a desigualdade de género em pouco resultaria da lei. Já depois da independência, por via do empenho político, Alda subsumiu a libertação da mulher no apoio ao MLSTP.

<sup>61</sup> Veja-se Santo, Alda, 1978: 195.

<sup>62</sup> Nem linear nem adquirida, a propalada libertação das mulheres não dependeu somente da política no pós-independência. Alguma recomposição das relações de género deveu-se quer a traços de cultura institucional herdada do tempo colonial, quer à recente acção de ONG apostadas na ajuda ao país.

<sup>63</sup> Nos primeiros anos após 1975, a universalização do ensino constituiu um poderoso instrumento de mobilidade social e contribuiu para maior equilíbrio nas relações de género.

iludissem com gracejos que as tornavam fúteis, pois que faziam “parte dum exército, que exige um mundo sem discriminações”<sup>64</sup>. De acordo com Alda, “uma sociedade democrática não pode admitir a prostituição física, intelectual e social de qualquer dos seus membros”<sup>65</sup>, uma asserção genérica que, parecendo politizadora, era moralista e dúplice, por ninguém ignorar os casos de poligamia entre dirigentes e ser irrealista instar jovens a abdicar de desejos em nome de uma revolucionária moral de ferro que, de resto, nos anos seguintes teria de arrostar com a deliquescência das instituições, as privações e as dificuldades extremas de sobrevivência, impelindo à troca de favores sexuais por acesso a bens e a oportunidades.

Em teoria, a juventude pareceria matéria-prima mais moldável. Ora, o contacto com o mundo, viabilizado pela instrução, tornou-a desejosa de autodeterminação, de bens, enfim, do que era negado pelo regime, cujas ideologia e duplicidade essa juventude começou a contestar em surdina, no que ecoaria a influência dos progenitores.

A proposta de vida para as mulheres (e homens) são-tomenses, que não dos dirigentes, fora delineada nos primórdios da independência: incorporação em organizações de base do MLSTP e ocupação do dia-a-dia com tarefas revolucionárias. Já em 1985, por ocasião do aniversário das milícias populares, Alda defendia que um miliciano devia manter a disciplina e a ordem no bairro, cabendo-lhe desenvolver iniciativas e preencher os tempos livres com ocupações de carácter social<sup>66</sup>.

Ao tempo, o país já passara por uma inusitada seca e pela consequente fome, o regime dava sinais de impasse, a rua apartara-se do MLSTP e não tardariam os sinais de uma mudança radical de paradigma ideológico. Daí que, perante um discurso tão datado e alheio à realidade, se tenha de perguntar até quando prevaleceu a fé numa construção política, económica e social que, à saciedade, provava ser ineficaz, sendo, além disso, encarada como uma canga pelos são-tomenses. Como foi possível que Alda não vislumbresse os sinais de dissensão por demais evidentes a quem percorria a pé ruas e mercados?

A fé de Alda no caminho político do MLSTP mantinha-se inabalável. Por exemplo, em 1982 – já depois da deserção de Carlos Graça, do exílio de Miguel Trovoada e de demissões no Comité Central –, Alda não teria dúvidas. Nesse ano, o da ofensiva ideológica do MLSTP, Alda integrava o Bureau Político do Conselho Coordenador para Informação e Formação Política e Ideológica<sup>67</sup>. Na Assembleia, Alda reiterou o completo alinhamento com as resoluções da 3ª Assembleia Extraordinária do MLSTP realizada em 1982<sup>68</sup>. Além de protocolar, as palavras não podiam ser mais canónicas, o acatamento da hierarquia mais vincado e a crença mais reiterada, sem sombra do menor laivo dubitativo. E assim perseverou nos anos seguintes porque, afinal, também o ambiente político assim o determinava.

Parecia o regime embalado na senda autoritária, quando subitamente, porventura por efeito da seca de 1983-84, começou a mostrar fissuras, transformadas em sinais de abertura à diferença na segunda metade da década de 1980. Depois da alteração constitucional de

<sup>64</sup> Em 1984, o juramento à bandeira nacional dos “combatentes” – na realidade, agentes da Segurança – da Direcção da Segurança e Ordem Interna foi presidido por S. Ex.ª, D. Alda, membro do Bureau Político do Comité Central do MLSTP e Presidente da Assembleia. Segundo ela, em razão da Constituição, “a defesa da Pátria e da Revolução é o dever de maior honra de todos os cidadãos”. Dos novos 52 agentes, 21 eram mulheres a quem Alda exortou a darem “atenção à sua formação política, ideológica e combativa” para enfileirarem no movimento feminino mundial em luta contra a opressão e a injustiça para que pudesse haver paz no mundo, cf. *Revolução* n.º 411, 7 de abril de 1984, p. 2.

<sup>65</sup> *Revolução* número especial, 8 de março de 1976, p. 1.

<sup>66</sup> Ao falar sobre os princípios que nortearam a instituição das milícias em Março de 1978, Alda enfatizou que as pequenas iniciativas do dia-a-dia se revelavam grandes realizações quando elas se manifestavam de forma colectiva e organizada, cf. *Revolução* n.º 436, 23 de março de 1985, p. 1.

<sup>67</sup> *Revolução* n.º 251, 18 de novembro de 1982, p. 1.

<sup>68</sup> *Revolução* n.º 293, 12 de janeiro de 1983, p. 1. Ora, idêntico alinhamento evidenciou-se aquando do anúncio de um “reajustamento macroeconómico”, isto é, da adoção de um modelo económico totalmente oposto ao da economia socialista planificada e centralizada. Denotando uma lealdade sem baías, Alda venceu a fidelidade da Assembleia à nova senda do MLSTP, cf. *Revolução* n.º 500, 18 de abril de 1987, pp. 3-4.

1990, a nova arquitetura de poderes e a diversidade de temas e de registos discursivos retiraram a Alda a proeminência de outrora. Restava a admiração de alguns pelo seu inabalável passado nacionalista, feito de crença ou devoção, que não de análise ponderada e de consequente inquietação política e ética quanto às restrições e violências que, após 1975, se abateram sobre as pessoas do “seu” povo.

### Da reticências face às tradições à defesa da cultura são-tomense

Em 1975, apesar da fraternidade com os irmãos de *raça negra*, a ideia de africanização<sup>69</sup> – entendida como apropriação das instituições pela sociedade, desregulação social e informalidade crescente dos processos decisórios – não era cara a Alda, nem a outros dirigentes. Embora subjacente às palavras de ordem relacionadas, por exemplo, com o resgate da posse da terra através da nacionalização das roças, nem sequer a velada inversão da racialização do poder decorrente da independência se constituía como um mote do discurso. A matriz ideológica socialista era mimética de cartilhas soviética e cubana, sem lugar para indagações acerca da coloração local do socialismo<sup>70</sup> e, menos ainda, do lugar (marginal) das tradições africanas. Para os dirigentes do MLSTP, os desempenhos performativos eram acessórios.

Na esteira do gosto cultivado pela elite local até meados dos anos 60, Alda revelou apreço pelo teatro, conquanto lhe tenha tentado imprimir um cunho militante. Poderá ter alimentado o intento de guindar o teatro a actividade regular e não ocasional, articulando-o com a alfabetização e, sobretudo, com a doutrinação ideológica. Assim terá imaginado o reviver de manifestações folclóricas, “conservando os valores artísticos do povo”<sup>71</sup>.

Todavia, somada à desertificação cultural do tempo colonial, a inexistente liberdade de expressão e, bem assim, de circulação e de debate de ideias após a independência atrofiou a criatividade cultural, mormente a literária. Para além dos constrangimentos da terra, da falta de ambiente institucional e de hábito de cultura erudita, também o viés politicamente engajado tolheu a criação literária<sup>72</sup>.

Alda fora educada num ambiente onde se encarava a escrita como forma privilegiada de expressão da consciência. Ademais, a valia da criação literária fora encarecida pela propensão dos líderes independentistas para forjarem uma dimensão estética para os seus propósitos políticos, sobretudo, através da poesia. No pós-independência, o único vulto literário ou da cultura da terra era Alda. Todavia, a excluirmos a poesia, cuja apreciação não cabe neste texto, a sua obra não é magna nem profunda<sup>73</sup>.

À sua visão livresca da cultura e à preferência pelo letrado em detrimento do sensorial e do performativo, Alda somou uma visão instrumental da criação literária, a qual devia servir a causa “popular”. Em 1978, na qualidade de ministro da Informação e da Cultura Popular, presidiu a um colóquio sobre “Poesia como forma de Combate”, inserido nas comemorações

<sup>69</sup> A africanização da política – no sentido da adequação das instituições a valores ou relações sociais locais – não era um objetivo. Só se tornou um mote dos discursos após a falência da ideologia socialista.

<sup>70</sup> Noutros países, embora inconsequentemente, ainda se aludiu à necessária adequação do socialismo às características locais. No arquipélago, sob o regime de partido único, não houve diálogo de facetas culturais ou da idiossincrasia da terra com os desígnios políticos, assim como não se mencionou a necessidade de compaginar a arquitetura política com os valores culturais ou de se chegar a um socialismo africano.

<sup>71</sup> *Revolução* n.º 3, 22 de agosto de 1975, pp. 3 e 7.

<sup>72</sup> Em várias entrevistas, Alda afirmou nunca ter tido o desejo de escrever poemas intimistas ou líricos, onde espraiasse uma subjetividade pessoal, tendo preferido a poesia de combate e em prol do colectivo. Ora, durante anos, esta opção, que pretextou ter sido uma escolha sua, pairou como uma obrigação para a criação poética na terra.

<sup>73</sup> Considerada a poetisa de São de Tomé e Príncipe, de 1978 a 2002 não publicou qualquer livro, como lembrou Gerhard Seibert (<http://uk.groups.yahoo.com/group/saotome/message/6546>, acesso: 2 de outubro de 2012). Arriscamos dizer que a sua produção poética esteve muito ligada à expressão dos sentimentos resultantes da vivência colonial. Já após 1975, como que a política, decerto geradora de perplexidades, fez estíolar a veia poética.

do 6 de Setembro, ao tempo, dia dos Heróis Nacionais. Enquanto “expressão do povo” ou “encomenda social”, a poesia devia traduzir a vida do “povo em luta pela reconstrução Nacional”, cabendo aos poetas não serem indiferentes aos intentos hegemónicos do imperialismo<sup>74</sup>. Por conseguinte, sobre as várias formas de criação literária impendia um juízo de valor derivado da articulação com a *luta*, o que fazia com que a crítica literária ou a mera opinião de gosto se cingissem ao crivo da adequação da literatura aos (supostos) fins da luta do povo.

Diga-se, no pós-independência, o efeito atrofiador da repressão política, qual réplica do enquistamento no tempo colonial, e o esvaziamento do espaço público fizeram baixar o padrão intelectual dos dirigentes e, com isso, o nível de interrogação e de questionamento político e ético<sup>75</sup>. Não só não se erigia uma literatura, noutras casos encarada como uma síntese da identidade nacional – ideia partilhada por Alda<sup>76</sup> –, como não se alteravam as premissas para remover os resquícios do obscurantismo colonial, porquanto se tolhia a mínima expressão de pluralidade ou dissonância<sup>77</sup>.

Muitas decisões políticas terão sido tomadas contra o que os dirigentes intuam, quando não sabiam, ser o sentimento popular, cujo carácter retrógrado atribuíam ao lastro do obscurantismo colonial. Para os políticos, a plataforma de encontro dos seus desígnios com os desejos e as necessidades dos são-tomenses passou a ser o *homem novo*, pauta de qualidades morais que, de forma esconsa, serviria à contenção social e política. Para os seus propugnadores, o *homem novo* libertar-se-ia da alienação colonial. Na esteira deste propósito, certas *tradições* eram encaradas, se não com hostilidade, ao menos com cepticismo, como resquícios do arcaísmo mental da era colonial.

Indubitavelmente, Alda participava desta visão. Adepta do progresso, era filha da socialização em contextos europeizados e europeus. Conhecera os líderes, que, animados pelo seu triunfo, se arrogavam o direito de eliminar as *tradições* que tinham por retrógradas e contrárias ao seu poder. Como se mencionou, Alda tinha uma noção elitista e livresca da cultura, valorizando-a por supostamente impelir os homens à consciencialização de si e do mundo, processo expectável, quando não forçosamente, conducente à adesão ao progresso, ao igualitarismo e ao *homem novo*.

Até por não ter participado delas, Alda olharia com distância ou condescendência as chamadas *tradições*<sup>78</sup>. O seu projeto para as tradições culturais era o de uma politização ao serviço da visão ideológica do MLSTP. Alda explicou os artefactos culturais de cada povo pela referência ao estágio de evolução das forças produtivas, que cumpria não empecer. Ela abraçou o desígnio da modernização, que colidia com hábitos na terra. Alguma tolerância para com os costumes da terra escassearia para a religião católica<sup>79</sup>,

<sup>74</sup> *Revolução* n.º 44, 29 de setembro de 1978, p. 6.

<sup>75</sup> Desde a independência até há pouco, a atomização e a dispersão dos indivíduos mostraram-se tão mais pronunciadas quanto a terra não tinha tradição de produção intelectual, facto contra o qual Alda tentou lutar tardiamente.

<sup>76</sup> Em entrevista a Deolinda Adão, Alda disse “... a literatura é fundamental, quer no processo de identidade nacional, quer no processo de concepção da nação. Porque, evidentemente, sem a cultura – a cultura é básico – eu considero que a cultura é fundamental em qualquer projecto de vida”, in Mata e Padilha, 2006: 120.

<sup>77</sup> A dissonância passou para o corrosivo boca-a-boca da *rua* e cristalizou em ressentimento, o que, até ao presente, contribui para as dificuldades de análises ponderadas e de um debate político profundo.

<sup>78</sup> A africanidade tenderia a resumir-se ao resgate da dignidade política, económica e social dos africanos (para Alda, incluídos os ex-serviçais) vilipendiados pelo colonialismo.

<sup>79</sup> À luz da vulgata marxista, o carácter opressivo e alienatório da cultura europeia era comprovado pela religião. Para Alda, as “culturas estrangeiras que se infiltraram no continente, com o objectivo de exterminar as realidades dos povos africanos, foram assimiladas nos seus aspetos negativos, no domínio de determinados ritos, cuja simbiose se introduz na prática do obscurantismo” (Santo, Alda, 1978: 191). À época, a auréola de cientificidade do socialismo e o voluntarismo transformista que nele buscava legitimidade supostamente retiravam o carácter opressivo à abordagem europeizada da vida social que esse mesmo socialismo acarretava, cf. Nascimento, 2014c.

na qual fora socializada<sup>80</sup> mas que olhava como instrumento de dominação colonial e, consequentemente, de alienação.

Igualmente, Alda depreciava a afectividade derivada da mundanidade que considerava fútil. Por exemplo, desqualificou o apego à camisola de uma agremiação desportiva<sup>81</sup>. Decerto, afigurava-se-lhe despropositada uma lealdade horizontal como a resultante da afectividade investida num clube desportivo, um alvitre politicamente significativo porquanto fora a esse afecto que a elite tradicional da terra se entregara no tempo colonial. Os hábitos ou as “instituições” da terra pareceram ceder perante as mudanças sociais induzidas pelos dirigentes, cuja leitura do mundo, muito determinada pela clivagem dos blocos e pelas circunstâncias do acesso à independência, justificava o voluntarismo posto na aceleração da mutação (e, veladamente, a regeneração) social, mesmo se para isso se carecia de contenção e, até, de alguma repressão, de antemão justificadas porque exercidas em nome do povo. Independentemente da falta de bens (quando não também por causa disso), condicionaram-se as escolhas do dia-a-dia à luz de uma moral implícita, que taxava os desejos, os hábitos e as crenças das pessoas de alienação e de decadência.

Cumpria, pois, sacudir as reminiscências do obscurantismo colonialista. No tocante às crendices, comungando da prudência táctica própria da vanguarda, descrente das virtudes terapêuticas do *djambi*, Alda não deixou de sugerir a preservação da vertente performativa, isto é, dos ritmos e sons. Tal era a opinião de quem, não participando de tais manifestações, julgava ter poder sobre os moldes da respectiva sobrevivência. À ideologia socialista, assente em bases científicas, cumpria conferir às tradições um suplemento de sentido que, em si mesmas, as tradições não continham. No fundo, importava neutralizá-las para que não obstassem à construção do *homem novo*<sup>82</sup>.

Foi tarde ou, mais precisamente, depois da falência da ideologia socialista, que Alda retornou à valorização da cultura popular, da identidade e, até, da religião. Como outros dirigentes no pós liberalização política, ela caminhou no sentido da reabilitação das tradições da religiosidade popular, exaltando as qualidades do povo, em que ela cria, mas do qual fora apartada e também se apartara no pós-independência.

Talvez Alda procurasse algo mais perene do que os ideais políticos, entrementes abandonados pelos seus companheiros, e, também, que pudesse unir os são-tomenses<sup>83</sup>. Quando, depois de ter cindindo os são-tomenses ao invés de os agregar, a ideologia socialista dava sinais de ruir, o campo cultural surgia como apropriado para aproximar os são-tomenses, um desiderato tão prezado por Alda quanto inalcançável nos termos em que sucessivamente ela o foi equacionando.

Ainda presidente da Assembleia, Alda promoveu a criação da União Nacional dos Escritores e Artistas São-Tomenses (UNEAS), de que foi a personificação<sup>84</sup>. A UNEAS, instituída

<sup>80</sup> Nos anos 80, ouvi dizer que algum do freio nas políticas anticlericais do MLSTP se devera a instâncias de Maria de Jesus Agostinho das Neves, mãe de Alda do Espírito Santo e sogra de Pinto da Costa.

<sup>81</sup> Em consonância com a voragem ideológica pós-independência, para Alda, não havia lugar para desejos ou paixões banais. Ora, ao censurar o apego clubístico, Alda não podia ignorar a existência do Sporting, hoje prezado como cadinho de nacionalistas, mas não por ela naquele tempo. A aversão de Alda ao clubismo derivava do interesse na consciencialização política e, de caminho, na submissão de interesses particulares à devoção ao Partido, o que passava pela supressão de solidariedades horizontais.

<sup>82</sup> Ao tempo, era nula a ponderação política da cultura, desvalorizada face à ideologia. Importava mudar radicalmente a cultura da terra, o modo de vida e a visão do mundo tributários do colonialismo.

<sup>83</sup> Alda valorizou este movimento ao depreciar o seu tirocinio como governante e vulto do regime do partido único, tendo afirmado “ocupeí cargos por ocupar” (*in* Laban, 2002: 103), asserção flagrantemente contraditada pelo seu empenho e pela sua crença nas virtudes do regime de partido único de inspiração socializante.

<sup>84</sup> No 1.º Fórum Nacional de Cultura, Frederico Gustavo dos Anjos disse que a UNEAS só fora respirando enquanto Alda do Espírito Santo estivera presente, cf. <http://www.telanon.info/cultura/2011/11/23/9068/no-lugar-da-oracao-de-sapiencia/>, acesso: 28 de novembro de 2011.

a 30 de Setembro de 1986<sup>85</sup>, tentava ser uma plataforma de congregação dos criadores culturais. Seguir-se-ia a criação da Liga dos Escritores dos Cinco em julho de 1987, sediada no arquipélago.

Possivelmente, Alda quis convencer-se de que os letrados ou os criadores artísticos se distanciariam dos interesses económicos e materiais, juntando-se, portanto, à nobreza de ideais da independência. Porém, assistiu à decrescente influência da cultura letrada e erudita no tecido social são-tomense, ao mesmo tempo que a criação plástica se tornava um produto de mercado.

## De resistente cultural a símbolo da cultura?

Após 1975, a cultura tinha préstimo se mobilizável enquanto adereço da ideologia. Anos depois, ganhou uma espessura própria, pelo que os heróis passaram da política para a cultura. A valorização da cultura como plataforma de luta pode invocar a sombra tutelar de Alda, que aludiu à cultura local como forma de resistência<sup>86</sup>, quiçá mais para reafirmar uma disposição resistente do povo são-tomense do que por entrever tal atributo na cultura<sup>87</sup>.

Atribui-se a Alda uma postura incómoda para o colonialismo, o que lhe teria valido “a perseguição da polícia política, tendo-se tornado bastonária da defesa dos valores culturais são-tomenses”<sup>88</sup>. Também se a considera uma figura “emblemática da resistência cultural de certo período da História das Ilhas”<sup>89</sup>. Porém, queda por saber como é que tal se transmudou, se se transmudou, num desempenho político em prol da cultura da terra. Presentemente, a reivindicação de uma identidade assenta numa intentada politização da cultura popular – que teria sobrevivido incólume à adulteração resultante da dominação colonial – e da língua. Ora, se em relação à língua se pode dizer que Alda entrevira nela a expressão de uma alma diferente da do colono, no mais, a suposta consolidação da identidade nacional não assentou na afirmação de uma cultura específica e irreduzível. Ao invés, passou pela insistência em rituais herdados do Estado colonial, conquanto revestidos de novos símbolos e referentes, bem como pela imposição de renovados mecanismos de controlo, facilitado pelo isolamento, exiguidade da terra, contiguidade forçada, escrutínio recíproco e, também, pela assunção das pessoas como pertences da nação.

Curiosamente, dadas a carga ideológica do seu pensamento e a sua fidelidade ao MLSTP, Alda não partilhou dos equívocos da atribuição de carga política à cultura popular. Alda evoluiu do voluntarismo radical e transformista à contemporização relativamente à idiossincrasia dos conterrâneos. Ela passou da tentativa de definição do “verdadeiro são-tomense”, coeva do monolitismo do partido único, à pergunta “quem é o são-tomense?”, da era multipartidária, para a qual procurou debalde uma resposta, onde, eventualmente,

<sup>85</sup> Albertino Bragança alude a 1985 como o ano da criação da UNEAS, cf. <http://uk.groups.yahoo.com/group/saotome/message/28533> (acesso: 8 de outubro de 2012). Porém, Alda refere 1986 como data da “sua promulgação”, cf. Laban, 2002: 104.

<sup>86</sup> Passou-se a glosar a equação segundo a qual a luta de libertação era um “processo cultural”, tal qual referiu, por exemplo, Santo, Alda, 1978: 190.

<sup>87</sup> Desde há tempos que, em São Tomé e Príncipe, se propala a existência de uma resistência cultural ao colonialismo. Mas, durante anos, mais do que uma perspectiva de luta cultural, prevaleceu a ideia de uma libertação consumada por um projecto político assaz ideologizado, triunfante em 1975, tendente a construir um *homem novo*. Foi a este projecto que primeiramente Alda aderiu.

<sup>88</sup> Inocência Mata em Mata e Padilha, 2006: 12. Sem dúvida, a PIDE atentava nos movimentos de Alda. Mas, na ilha, nem ela nem quaisquer ilhéus constituíam um perigo para o regime colonial. E quando vigiada, não o era por causa dos “valores culturais são-tomenses”, que, de resto, foram, em termos não tão dissemelhantes dos atuais, promovidos no ocaso do colonialismo. Com exceção de letras de canções deste período, que nem sempre visavam o colono, os “valores culturais são-tomenses” não incomodavam nem a PIDE nem os governantes. Aliás, tal não terá escapado a Alda, que certamente percebeu o tão resilientes quanto politicamente inócuos esses valores se tinham revelado no colonialismo, permanecendo como tais perante as propostas voluntaristas de transformação social e da índole do são-tomense no pós-independência.

<sup>89</sup> Inocência Mata em Mata e Padilha, 2006: 13.

ancorar uma ética a que os políticos e os concidadãos se cingissem. Num certo sentido, de permeio com a mudança de referentes – da bondade do projecto transformista para o bom senso dos valores ditos populares –, Alda como que procurava balizar as práticas políticas por valores transcendentais (mesmo se, anteriormente, tal passo implicara a contemporização com a distorcida legitimação do poder político), tentando isentar a prática política da contaminação por interesses e motivações alheias ao bem-comum. Consabidamente, tal foi em vão.

Como se disse, após a falência da ideologia socialista, Alda terá redescoberto a valia da mensagem religiosa, em especial, a veiculada pelo povo. Não sabemos se se reconverteu<sup>90</sup>, mas apoiou expressões populares da fé institucional, o que, para quem fora tão assertivamente política, equivalia a reconhecer a valia da religião para difundir e enraizar valores entrementes alijados pelos políticos. Com efeito, amparou a reabilitação dos *Paços Fia Glêsa*<sup>91</sup>, uma “tradição” do povo, por si celebrada no cair do pano do colonialismo, de que se afastara e que, por entre dificuldades, promoveu nos derradeiros de vida<sup>92</sup>. Os *Paços Fia Glêsa* foram erguidos no Natal de 2010, na circunstância, para a homenagear, mas perguntar-se-á por quantos mais anos se manterá a “tradição” tão prezada por Alda no seu final de vida.

### Figura consensual?

De permeio com a valorização da cultura, também como campo da resistência são-tomense ao colonialismo, Alda começou a ver refeito o consenso em torno da sua figura. Mais do que na era do partido único, foi com a democracia multipartidária que se foi salientando o reconhecimento do seu papel no domínio cultural, concomitantemente ao seu apagamento político, ainda e sempre disfarçado pela deferência de que continuou ser alvo. Mas nem isso isentou a construção da sua imagem de percalços e desafeições, entre eles, a recusa da publicação do livro de Tomás Medeiros e a escusa a receber a condecoração de Fradique de Menezes.

Em 2005, Tomás Medeiros terá divulgado uma carta de Alda, datada de 2004, a negar a publicação do seu original *Quando os Cucumbas cantam* na colecção da UNEAS<sup>93</sup>. Mais do que de autoritarismo, que já não se sustentava, tratou-se de uma censura ou de veto<sup>94</sup>, que, em todo o caso, a terá entristecido. Num dilema, Alda preferiu a fidelidade ao MLSTP, que ela imaginava ter existido, a ver lançada a polémica sobre a história do partido que, raramente contada, ela queria crer e preservar imaculada. Para além da relação de proximidade com a liderança triunfante do MLSTP em detrimento dos são-tomenses que

<sup>90</sup> Prefaciou o livro de Carlos Graça, *Ensaio sobre a condição humana*, realçando pela menção ao prefaciado, a valia da Fé para a condição humana, cf. Graça, 2004: 13-16.

<sup>91</sup> Para Mata e Padilha, Alda nunca deixou de ser uma ‘militante cultural’, facto comprovado pela sua tentativa de revitalização dos paços natalícios, “pequenos presépios expostos originalmente nos cruzamentos de percursos de *luchans...*”, tradição que Alda tem vindo a preservar através de concursos (Mata e Padilha, 2006: 19). Fica por assinalar o período em que tais presépios e a celebração do Natal quase foram proscritos.

<sup>92</sup> Segundo o *Téla Nón*, em dezembro de 2009, para a poetisa Alda do Espírito Santo, o concurso *Paços Fia Glêsa*, organizado pela UNEAS, estaria comprometido se não se encontrasse apoio para o realizar. Para revitalizar o património cultural do país, a UNEAS promovia, havia anos, o concurso de construção de presépios com matérias-primas locais. Apelando à participação dos jovens, ao mesmo tempo que a tentava obter fundos para a realização do concurso, Alda afirmara que lhe parecia prevalecer a tendência para as tradições morrerem, acrescentando que todos os anos lutava para que esta não desaparecesse, cf. <http://www.telanon.info/cultura/2009/12/16/2359/concurso-pacos-fia-glesa-em-risco/>, acesso: 13 de dezembro de 2014.

<sup>93</sup> Cf. <http://uk.groups.yahoo.com/group/saotome/message/11304>, acesso: 2 de outubro de 2012.

<sup>94</sup> Sendo a UNEAS a União dos Escritores, a recusa comportava uma carga política, representando um novo agravo para Tomás Medeiros, militante independentista que não cala a convicção de ter sido deliberadamente arredado do encontro de 1972 em Malabo, onde se constituiu o MLSTP.



ficaram por fora, na decisão de Alda terá pesado a fé num ideal corporizado num colectivo a que se quis sempre vinculada, o MLSTP. Afinal, questioná-lo seria negar a sua vida.

Também em 2005, Alda menosprezou o gesto do Presidente Fradique de Menezes. A 11 de julho, não compareceu para receber a condecoração concedida por Fradique<sup>95</sup>, o que, no limite, pode ser interpretado como uma recusa da condição de são-tomense ao Presidente eleito pela maioria dos seus concidadãos (a não recusar a condição de são-tomense a Fradique, terá lamentado a desazada e banal escolha do povo, dos conterrâneos<sup>96</sup>).

A título de hipótese, aventar-se-á que tomou esta atitude menos em razão de um preconceito racista do que de uma avaliação moral que, derivada de uma postura sobranceira e elitista, assim como valorizadora do apreço da distinção baseada na diferenciação cultural, desdenhava o papel do dinheiro na ascensão dos indivíduos, entre eles, Fradique.

Nem de propósito, foi condecorada pelo Presidente Pedro Pires com a mais alta distinção de Cabo Verde, o Primeiro Grau da Ordem Amílcar Cabral, condecoração entregue a 30 de abril de 2006, por ocasião do seu 80.º aniversário. Em setembro de 2009, a CPLP homenageou a sua poesia.

Os elogios à prodigalidade da terra nem sempre se estendem aos são-tomenses, sejam políticos, sejam empresários. Por isso, o vulto de Alda emerge como de craveira cultural e moralmente superior<sup>97</sup>. E, todavia, o que dela prevalece é o silêncio. As palavras foram mais frequentes no tempo colonial e no pós-independência, neste caso unidas pela arquitectura política e escoradas na fé no projecto triunfante a 12 de Julho. Quando não em contextos protegidos e em termos irrefutáveis, ao uso da palavra Alda preferia gestos marcantes, dela em relação à terra e, embora pretextando o contrário, dos outros em relação a ela.

Mais recentemente, numa avaliação do caminho percorrido desde 1975, Alda terá dito que o incumprimento das promessas da independência se deveu a “uma certa inexperiência na gestão do país”<sup>98</sup>, uma leitura esquiiva à equação política da “inexperiência”, assim evitando a incomodidade das relações de poder e as divisões entre são-tomenses traçadas e vincadas pelos políticos.

A 11 de julho de 2005, Alda Espírito Santo reafirmou, contra o sentimento de alguns conterrâneos seus, que a independência valeu a pena, por nada pagar “a liberdade de um povo”<sup>99</sup>. À margem da função celebrativa desta asserção, a inquietação intelectual, política, ética e cultural deveria levar a indagar o que é a liberdade de um povo. Ou, noutros termos, porque é que a liberdade de um povo não tem preço e a das pessoas desse povo tem? O registo intemporal sobre a liberdade tende a tornar a asserção inquestionável, quando, todavia, a liberdade há-de ter conteúdos, contornos e limites para também poder ser concreta para os indivíduos, não resumíveis ao *povo*.

Por um lado, depois da independência, a Alda faltou sempre uma dimensão política activa, que não a das prelecções às jovens ou do desempenho ritual à frente da tutelada Assembleia. Alda quedou-se como a voz de um colectivo<sup>100</sup> (mais até do que de uma consciência grupal) e, nessa medida, algo inquestionada.

<sup>95</sup> Mata e Padilha, 2006: 18.

<sup>96</sup> Arriscaria dizer que Fradique foi eleito, entre outras razões, devido a uma promessa velada de dinheiro e de bens, por que o grosso dos são-tomenses aspirava. Mas isso revela que, ao invés da mistificação ideológica do pós-independência, a prioridade do *povo* tinha pouco a ver com os ideais da *revolução*.

<sup>97</sup> Com a ajuda do tempo, tal tende a desresponsabilizá-la pelo seu apoio ao MLSTP no regime de partido único, facto que, todavia, não foi sem consequências na vida de muitos concidadãos.

<sup>98</sup> Cf. <http://uk.groups.yahoo.com/group/saotome/message/11737>, acesso: 8 de outubro de 2012.

<sup>99</sup> Cf. <http://uk.groups.yahoo.com/group/saotome/message/11737>, acesso: 8 de outubro de 2012.

<sup>100</sup> Independentemente das razões eventualmente aduzidas, não deixa de ser significativo que tenha abdicado de ser deputada no regime multipartidário, quando, decerto, o MLSTP não precisaria menos dela nos debates travados na Assembleia.

Por outro, pelo seu exemplo, foi um marco de uma ética rara. A determinação com que abraçou o anticolonialismo foi a mesma com que, em congruência, rejeitou amparos do Estado português a que tinha direito. Afora a pobre tença do Estado português, terá também rejeitado a ajuda, decerto mais generosa, de um poderoso *irmão* africano, passando ela mal para que o seu país não passasse vergonha. Terão sido estas as suas palavras... Sem descartar a necessária interpretação política do facto, sublinhe-se que a sua disponibilidade para uma vida em nome do *povo* a levou a observar regras éticas que muitos dos companheiros desdenharam. A sua coerência torna menos precisas as palavras, que, em rigor, poucos se dispunham a ouvir e, menos ainda, a atender.

## Notas conclusivas

Da sua diferenciação social de origem, Alda partiu para a comunhão política, e só nessa medida emocional, com o povo negro das ilhas. Desde nova afastada dos meios populares, Alda entreteceu uma relação racionalizada com a sua terra e com os conterrâneos. Pautouse, pois, pela distância em relação ao comum dos são-tomenses, embora se representasse como próxima do “povo” são-tomense ou da *raça negra*, sujeitos coletivos e abstratos.

O crédito político e moral, derivado, por exemplo, da memória da ascendência enquanto professora ou do aparente desapego dos bens materiais, foi-se erodindo, podendo ter resvalado para a indiferença, também suscitada pelas mudanças sociais na terra. Após ter vivido com o inimigo, acabou por ter de viver com as perplexidades trazidas pela independência, mormente a de o povo se revelar diametralmente oposto a tudo quanto idealizara. E não apenas o povo, quanto também os dirigentes, alguns deles da Geração de Cabral e, de alguma forma, companheiros da ‘longa marcha’<sup>101</sup> e das lutas que tinham conferido sentido à “força irresistível dos ventos da história”.

Ela acreditava numa moral social e numa ética política vinculativas para a comunidade. Acreditava igualmente no poder da cultura na transfiguração dos homens, mas assistiu ao aparente triunfo do dinheiro como móbil da realização e da trajetória ascensional de seus concidadãos, que ela crera vinculados a um imperativo de igualdade.

Em sua opinião, a cultura tivera um papel na libertação dos são-tomenses do jugo colonial (segundo uma avaliação Subjetiva mas, por isso mesmo, irrefutável). Porém, Alda do Espírito Santo viu a cultura – o seu campo de realização – sucumbir ao poder do dinheiro, a que os seus conterrâneos não resistiram.

Constatando que o seu exemplo não medrou, Alda terá morrido triste, porventura pela injustiça e pela pobreza prevaletentes na terra. Ter-se-á entristecido com as dissensões entre os são-tomenses, acerca dos quais, de uma perspectiva essencialista enganadoramente escorada numa imaginada irmandade contra o colonialismo, quis traçar um retrato típico que viu esfalçar com as transformações económicas nas ilhas.

Talvez poucos são-tomenses queiram viver como Alda passou os últimos anos (ainda que muitíssimos vivam bem pior). Foi respeitada e reverenciada, mas só isso e quando tal não se resumia a uma mera convenção. Ainda assim, representa uma espécie de mínimo denominador comum, porquanto a sua história é um símbolo com que implicitamente se acena como exemplo moral para prevenir e evitar violências disruptivas.

<sup>101</sup> Evocada numa carta de 10 de agosto de 1974, escrita de Libreville, a Mário Pinto de Andrade, com quem Alda contava para alertar o mundo para a existência de um pequeno arquipélago que também tinha direito à independência, cf. [http://www.fmsaeres.pt/aeb\\_online/visualizador.php?bd=Correspondencia&nome\\_da\\_pasta=04311.004.037&numero\\_da\\_pagina=1](http://www.fmsaeres.pt/aeb_online/visualizador.php?bd=Correspondencia&nome_da_pasta=04311.004.037&numero_da_pagina=1), acesso: 20 de dezembro de 2014.

Não obstante sucessivos tributos de apreço e de amizade de estrangeiros (a que certamente teria preferido os dos são-tomenses), Alda do Espírito Santo terá morrido triste, também pelo esquecimento e pela solidão que a deferência no trato não bastariam para disfarçar. Empobrecida, não deixou de perseguir uma realização pessoal que concebia como um modelo de libertação e de realização pessoal, do qual, olhando a evolução do país, se dirá que só servia para ela. Na realidade, poucos porfiaram na crença nos valores que, presuntivamente, o MLSTP veiculava. Morreu praticamente sozinha na crença nesses valores a que, pela sua prática, conferiu valia ética.

## Referências bibliográficas

- Falola, Toyin (2004), *Nationalism and african intellectuals*, University of Rochester Press, Rochester.
- Faria, António (1995), *A Casa dos Estudantes do Império*, Lisboa, CML.
- Fernandes, Manuel Vaz Afonso, (s.d.), *Os imbrógljos das transições em S. Tomé e Príncipe 1974-1991*, dissertação de mestrado, Universidade de Coimbra.
- Graça, Carlos (2004), *Ensaio sobre a condição humana*, São Tomé, Centro Cultural Português e Alliance Française.
- \_\_\_\_ (2011), *Memórias políticas de um nacionalista santomense sui generis*, Lisboa, UNEAS
- Laban, Michel (2002), *São Tomé e Príncipe. Encontro com escritores*, Porto, Fundação Eng.º António de Almeida.
- Lara, Lúcio (2009), *Lúcio Lara. Imagens de um percurso*, s. d., Luanda, Associação Tchiveka de Documentação.
- Margarido, Alfredo (1997), “Uma ilha africana na Duque d’Ávila” in *Mensagem*, número especial, Lisboa, Associação Casa dos Estudantes do Império, pp. 41-44.
- Mata, Inocência e Padilha, Laura (2006), *A Poesia e a vida. Homenagem a Alda do Espírito Santo*, Lisboa, Colibri.
- Medeiros, Tomás (1997), “Prolegómenos a uma História (verdadeira) da Casa dos Estudantes do Império” in *Mensagem*, número especial, Lisboa, Associação Casa dos Estudantes do Império, pp. 31-40.
- Nascimento, Augusto (2007), *Ciências sociais em S. Tomé e Príncipe: a independência e o estado da arte*, edição digital, Porto, CEAUP, <http://www.africanos.eu/ceaup/uploads.EB005/pdf>.
- \_\_\_\_ (2014a), “A inelutável independência ou os (in)esperados ventos da história em São Tomé e Príncipe” in Rosas, Fernando, Machaqueiro, M. e Oliveira, P. Aires (coord.), 2015, *O Adeus ao Império, 40 anos de independências*, Nova Vega, pp. 175-190.
- \_\_\_\_ (2014b), “A farsa da tropa nativa na transição para a independência em São Tomé e Príncipe” (a publicar).
- \_\_\_\_ (2014c), “As dimensões políticas das religiosidades em São Tomé e Príncipe” in *Revista TEL. Revista Tempo, Espaço, Linguagem*, vol. 5, n.º 3, UNICENTRO, pp. 60-92, <http://revistasz.uepg.br/index.php/tel/article/view/7081#.VdTQVZe3ixU>, acesso: 19 de agosto de 2015.
- Neto, Horácio Sacramento, (2012), *Emma*, Lisboa, ACOSP.
- Rocha, Edmundo (2003), *Angola. Contribuição ao estudo da génese do nacionalismo moderno angolano (período de 1950-1964) (testemunho e estudo documental)*, Lisboa, Edição de Autor.
- Sá, Ana Lúcia e Perlasia, Josep Maria (2008), “Entrevista a Alda do Espírito Santo” in *Oráfrica: revista de oralidad africana* n.º 4, Abril de 2008, Barcelona, CEIBA, pp. 137-158.
- Santo, Alda do Espírito (1956), “Algumas notas sobre o falar dos nativos da ilha de São Tomé” in *Conferência Internacional dos Africanistas Ocidentais*, 5.º vol., São Tomé, pp. 141-148.
- \_\_\_\_ (1978a), “Presença cultural” in *África: revista de literatura, arte e cultura*, vol I(2), Lisboa.
- \_\_\_\_ (1978), *Ê nosso o solo sagrado da terra – poesia de protesto e luta*, Lisboa, Ulmeiro.

- \_\_\_\_ (1997), “Memória de um tempo” in *Mensagem*, número especial, Lisboa, Associação Casa dos Estudantes do Império, pp. 87-89.
- \_\_\_\_ (1999), “São Tomé e Príncipe em desafio à modernidade” in *Batê Mom* nº2, vol.1, S. Tomé, UNEAS.
- \_\_\_\_ (2001a), “Pedras de xadrez” in *Batê Mom* n.º 4, vol. 3, S. Tomé, UNEAS.
- \_\_\_\_ (2001b), “A cumplicidade das línguas na assunção do estatuto de identidade cultural dos são-tomenses” in *1.º Colóquio Internacional sobre as Línguas Nacionais de S. Tomé e Príncipe*, S. Tomé, policopiado.
- \_\_\_\_ (2002), *Mataram o rio da minha cidade*, S. Tomé, CCP – Instituto Camões.
- \_\_\_\_ (2003), “Apontamento em redor do lançamento do livro História do massacre de 1953 em São Tomé e Príncipe” in *Batê Mom* n.º 6, vol. 5, S. Tomé, UNEAS.
- \_\_\_\_ (2006), *Mensagens do canto do ossobó*, UNEAS, 2006.
- Santo, Carlos Espírito (2001), *Enciclopédia fundamental de São Tomé e Príncipe*, Lisboa, Cooperação.
- \_\_\_\_ (2003), *A Guerra da Trindade*, Cooperação.
- \_\_\_\_ (2012), *O nacionalismo político são-tomense*, 2 vols., Lisboa, Edições Colibri.
- \_\_\_\_ (2012b), *Alda Espírito Santo – Escritos*, Lisboa, Edições Colibri.
- \_\_\_\_ (2014), *Mulheres históricas de São Tomé e Príncipe*, Lisboa, Edições Colibri. Veloso, Pires (2008), *Vice-Rei do norte. Memórias e revelações*, Lisboa, Âncora Editora.